UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E ATUÁRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

**A HOMOGENEIDADE DA RENTABILIDADE BANCÁRIA EM RELAÇÃO A
TAMANHO, ORIGEM DE CAPITAL E OPERAÇÕES DE CRÉDITO**

Daniel Diniz Oliveira
Orientador: Prof. Dr. Iran Siqueira Lima

SÃO PAULO
2008

Profa. Dra. Suely Vilela
Reitora da Universidade de São Paulo

Prof. Dr. Carlos Roberto Azzoni
Diretor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade

Prof. Dr. Fábio Frezatti
Chefe do Departamento de Contabilidade e Atuária

Prof. Dr. Gilberto de Andrade Martins
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis

DANIEL DINIZ OLIVEIRA

**A HOMOGENEIDADE DA RENTABILIDADE BANCÁRIA EM RELAÇÃO A
TAMANHO, ORIGEM DE CAPITAL E OPERAÇÕES DE CRÉDITO**

Dissertação apresentada ao Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis

Orientador: Prof. Dr. Iran Siqueira Lima

SÃO PAULO

2008

Dissertação defendida e aprovada no Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis pela seguinte banca examinadora:

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Seção de Processamento Técnico do SBD/FEA/USP

Oliveira, Daniel Diniz

A homogeneidade da rentabilidade bancária em relação a tamanho, origem de capital e operações de crédito / Daniel Diniz Oliveira. -- São Paulo, 2008.

97 p.

Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, 2008
Bibliografia.

1. Contabilidade bancária 2. Sistema financeiro 3. Análise de correspondência 4. Bancos 5. Crédito bancário 6. Controle acionário 7. Plano real I. Universidade de São Paulo. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade II. Título.

CDD – 657.8

**A Deus,
sempre presente.**

Agradeço ao meu orientador, Professor Dr. Iran Siqueira Lima, por compartilhar comigo, nesta dissertação, o conhecimento e experiência adquiridos durante sua vida profissional e acadêmica.

Agradeço ao Banco Central do Brasil pela licença concedida durante esses dois anos. Agradeço também ao colega e orientador institucional Alex Aaltonen, por seus conselhos e sugestões; aos meus chefes que me deram apoio para participar do processo de liberação do mestrado, Francisco Manoel dos Santos, Kiyoto Yoshida e Alberto Francisco, e aos demais colegas com quem convivi nesse período, Simone, Aníbal, Reinaldo, Ricardo, Giovani e Aldomar.

Agradeço aos meus pais, José Cláudio e Heloisa, pelo apoio e compreensão que sempre me dispensaram ao longo desses dois anos. Não posso deixar de lembrar das minhas irmãs Paula e Lenise, que compartilharam comigo, nesse período, o carro e a marginal, e a Karina, minha irmã quase gêmea.

Agradeço aos demais professores do Departamento, em especial à Professora Marina M. Yamamoto, pela co-orientação, ajuda e troca de idéias para definir o tema da dissertação, e a todos os demais que ministraram alguma disciplina e passaram o conhecimento adquirido numa vida dedicada ao ensino e pesquisa.

Agradeço aos colegas de curso, com quem convivi e espero manter contato ao longo do tempo, e aos que deram sugestões para o desenvolvimento desta pesquisa, em especial ao Bispo, Gerlando, Zé Elias, Cris, Artur, Murcia, Giovani, Jesusmar e Marcial, pela paciência em ler as várias versões deste trabalho.

Agradeço aos Professores Luiz Paulo Lopes Fávero e Antonio Carlos Dias Coelho, por aceitarem participar da banca de qualificação deste trabalho e principalmente pelas contribuições a ele dispensadas.

Agradeço à Universidade de São Paulo - USP, por propiciar as condições necessárias para a realização desta pesquisa; e aos funcionários, principalmente aos da FEA, que auxiliam anonimamente, com seu trabalho, a produção científica da faculdade.

Agradeço especialmente a Deus, responsável pelas circunstâncias que tornaram possível a realização deste estudo e cujo auxílio muitas vezes me passou despercebido.

**“Caminhante, não há caminho; faz-se
caminho ao andar.”**

Antonio Machado

RESUMO

Nos últimos anos a sociedade brasileira tem criticado os lucros alcançados pelos bancos, por considerá-los excessivamente elevados. Tal situação tem, inclusive, incentivado medidas, por parte do governo federal, para proteger o consumidor em relação às tarifas e aos juros cobrados pelas instituições financeiras. Por sua vez, a sociedade parece enxergar o setor de forma homogênea, sem atentar para as diferenças existentes entre seus integrantes. Este estudo tem o intuito de explicitar eventuais diferenças, relativas à rentabilidade, existentes no setor, de forma a fomentar uma visão mais crítica e menos superficial do segmento bancário, podendo, eventualmente, contribuir na elaboração de políticas para o setor. Para tanto, avaliou-se a uniformidade dos resultados dos bancos em relação a origem de capital, tamanho e nível de operações de crédito, a partir de uma base de dados, que compreendeu o período entre 1996 e 2006. O intervalo de tempo total foi dividido em três partes, de 1996 a 1998, denominado 1º período; de 1999 a 2002, 2º período; e, de 2003 a 2006, 3º período. Com esta divisão é possível identificar alterações nas relações entre as categorias das variáveis de um período para outro, além de averiguar a uniformidade da rentabilidade no decorrer do tempo. A análise de correspondência (ANACOR) e a análise de homogeneidade (*HOMALS*) foram as técnicas estatísticas empregadas no trabalho. A hipótese geral formulada, de que os bancos apresentam rentabilidade não uniforme quando classificados por tamanho, origem de capital ou NOC, foi rejeitada. Todavia, verificou-se que a rentabilidade bancária só apresenta comportamento uniforme quando contraposta ao tamanho dos bancos, pois, quando contraposta à origem de capital, ao nível de operações de crédito e ao tempo, seu comportamento foi, em geral, não uniforme. A categoria de rentabilidade mais baixa associou-se ao 1º período, enquanto as categorias mais altas associaram-se ao 2º e 3º períodos. Os bancos privados nacionais caracterizaram-se pela associação às categorias de rentabilidade e de nível de operação de crédito mais altos; os bancos públicos apresentaram tendência de melhora de desempenho no decorrer dos períodos, afastando-se, progressivamente, da categoria de rentabilidade mais baixa; enquanto os bancos estrangeiros apresentaram comportamento volátil, associando-se à categoria de rentabilidade média no 1º período, muito alta no 2º, e baixa no 3º período. No último período, os bancos estrangeiros associaram-se à categoria de rentabilidade mais baixa, o que fornece indícios de um desempenho inferior aos bancos públicos, contradizendo a literatura pesquisada sobre o assunto.

ABSTRACT

Nowadays, the brazilian society has criticized banks profits considered excessively high. This situation has motivated government initiatives to protect the consumer from the banking charges and taxes. Besides, the society seems to face the segment in a homogeneous way, without realizing the differences among the banks. This research has the goal to identify differences, in terms of profitability, among the banks, in order to motivate a less superficial approach, and, eventually, contribute for future government initiatives related to this segment. In order to accomplish, the banking profitability homogeneity was assessed relative to the kind of control, size and level of credit operation, using a brazilian banking database between the years of 1996 and 2006. The total period was divided into three parts, namely, respectively, 1st (1996-1998), 2nd (1999-2002) and 3rd (2003-2006) periods, with the intent of identifying changes in the several categories relation from one period to another and to evaluate the homogeneity in profitability within the periods. The correspondence analysis (ANACOR) and the homogeneity analysis (HOMALS) were the statistical techniques applied in this research. The main hypothesis, that the banking profitability is not homogeneous in relation to any one of the three variable chosen, was reject. Although, it was found that the banking profitability is homogeneous just in relation to the banking size, otherwise, in general, has a non-homogeneous behavior when considering the kind of control, level of credit operation, and periods. The lowest profitable category was associated to the 1st period, while the highest profitable categories were associated to the 2nd e 3rd periods. The domestic private banks were associated with the highest profits and level of credit operation categories; the government owner banks apparently enhance their performance during the periods, getting, progressively, further away from the lowest profit category; while the foreign banks showed a volatile performance, associated with the middle profit category in the 1st period, the highest in the 2nd and the lowest in the 3rd period. In the last period, the foreign banks associated to the lowest profit category, which seems to mean a worse performance than government owned banks, this was not found before in the national literature.

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	2
1 INTRODUÇÃO	5
2 REVISÃO DA LITERATURA	11
2.1 Rentabilidade	11
2.2 Relação entre a rentabilidade e os demais atributos	13
2.2.1 Rentabilidade e origem de capital	13
2.2.2 Rentabilidade e tamanho	17
2.2.3 Rentabilidade e nível de operação de crédito	19
3 TRATAMENTO DOS DADOS	23
3.1 População, amostra e coleta de dados	23
3.2 Definição dos períodos de análise	24
3.3 Procedimentos adotados	25
3.3.1 Determinação da rentabilidade média	25
3.3.2 Determinação do tamanho	26
3.3.3 Determinação do nível de operações de crédito	27
3.3.4 Determinação da origem de capital	28
3.3.5 Período	28
3.4 Técnicas estatísticas	28
3.4.1 Análise de Correspondência - ANACOR	28
3.4.2 Análise de Homogeneidade - <i>HOMALS</i>	31
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS	33
4.1 Primeiro período (1996 – 1998)	33
4.2 Segundo Período (1999 – 2002)	37
4.3 Terceiro período (2003 – 2006)	43
4.4 Período completo	48
4.5 Resumo dos principais resultados	52
4.6 Limitações da pesquisa	54
5 CONCLUSÕES	55
5.1 Conclusões e considerações finais	55
5.2 Sugestões para pesquisas posteriores	57
REFERÊNCIAS	59
APÊNDICES	67

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANACOR: Análise de Correspondência
 ANDIMA: Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro
 BACEN: Banco Central do Brasil
 BANAP: Banco do Estado do Amapá
 BANDEPE: Banco do Estado de Pernambuco
 BANEBA: Banco do Estado da Bahia
 BANER: Banco do Estado de Roraima
 BANESE: Banco do Estado de Sergipe
 BANESTADO: Banco do Estado do Paraná
 BANESTES: Banco do Estado do Espírito Santo
 BANPARA: Banco do Estado do Pará
 BANRISUL: Banco do Estado do Rio Grande do Sul
 BASA: Banco da Amazônia
 BB: Banco do Brasil
 BEA: Banco do Estado do Amazonas
 BEC: Banco do Estado do Ceará
 BEG: Banco do Estado de Goiás
 BEM: Banco do Estado do Maranhão
 BEMAT: Banco de Desenvolvimento do Mato Grosso
 BEMGE: Banco do Estado de Minas Gerais
 BEPI: Banco do Estado do Piauí
 BESC: Banco do Estado de Santa Catarina
 BIS: *Bank for International Settlements*
 BNB: Banco do Nordeste do Brasil
 BRB: Banco de Brasília
 CEF: Caixa Econômica Federal
 CMN: Conselho Monetário Nacional
 CPMF: Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira
 CREDIREAL: Banco de Crédito Real de Minas Gerais
 DEA: *Data Envelopment Analysis*
 DIEESE: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
 FDH: *Free Disposal Hull*
 FEA: Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade
 FGC: Fundo Garantidor de Crédito
 HOMALS: Análise de homogeneidade
 IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
 INSS: Instituto Nacional do Seguro Social
 IOF: Imposto sobre Operações Financeiras
 IPE: Instituto de Pesquisas Econômicas
 IPMF: Imposto Provisório sobre Movimentações Financeiras
 NOC: Nível de Operações de Crédito
 OECD: *Organization for Economic Co-operation and Development* (Organização para a Cooperação Econômica e o Desenvolvimento)
 PIB: Produto Interno Bruto
 PROEF: Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais
 PROER: Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional

PROES: Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária

ROA: *Return on Assets* (Retorno sobre os Ativos)

ROE: *Return on Equity* (Retorno sobre o Patrimônio Líquido)

SCR: Sistema de informações de crédito

SFN: Sistema Financeiro Nacional

SPSS: *Statistical Package for Social Sciences*

SUSEP: Superintendência de Seguros Privados

1 INTRODUÇÃO

O setor bancário brasileiro tem recebido críticas por parte da sociedade devido aos altos retornos apresentados em seus balanços.¹ As notícias acerca dos lucros recordes das instituições financeiras são freqüentes e tem-se a percepção de que a rentabilidade obtida pelos bancos é elevada. Segundo Gregório (2005, p. 6), esta percepção tem origem no início dos anos oitenta e se fortaleceu no período hiper-inflacionário.

Por sua vez, as críticas da sociedade em relação aos bancos não se restringem apenas aos lucros, mas se estendem aos elevados *spreads* praticados; às, outrora gratuitas, tarifas de prestação de serviços bancários; e às taxas de administração cobradas pelos diversos tipos de aplicação financeira.²

Nesse contexto, o governo federal, através do Conselho Monetário Nacional – CMN, implementou medidas, em dezembro de 2007, que favorecem os clientes dos bancos, em detrimento às instituições financeiras, como a padronização da nomenclatura dos serviços, a proibição da cobrança pela liquidação antecipada de empréstimos, o aumento da lista de serviços gratuitos e a determinação de um prazo mínimo de 180 dias a ser respeitado entre dois aumentos de preços cobrados por um mesmo serviço.³

No entanto, quando são tecidos comentários acerca dos seus altos retornos ou quando são implementadas medidas, como as descritas anteriormente, em geral, o setor bancário é tratado de modo uniforme, desconsiderando-se as diferenças existentes entre as instituições. Entre algumas características que diferenciam tais empresas podem-se citar o tipo de controle, seja privado nacional, estrangeiro ou público; o tamanho; e o nível de operações de crédito em relação ao ativo - NOC.⁴

A teoria de poder de mercado sustenta que firmas com grande *market-share* e produtos diferenciados podem exercer poder de mercado no apreçamento desses produtos, impactando

¹ Neste trabalho, os termos resultado e retorno serão utilizados como sinônimos de rentabilidade.

² O termo *spread* refere-se aqui à diferença entre a taxa de juros cobrada nas operações de crédito e a taxa de juros que remunera os depósitos.

³ Resoluções do CMN nº 3.516 e 3.518 de 6 de dezembro de 2007.

⁴ Nesta pesquisa, os termos “tipo de controle” e “origem de capital” serão tomados como sinônimos.

positivamente os lucros. Por sua vez, a eficiência também pode explicar a relação positiva entre tamanho e rentabilidade, partindo do pressuposto que empresas mais eficientes apresentam um retorno maior e, portanto, têm mais condições de aumentar seu *market-share*. No entanto, nesse caso, a eficiência dirige tanto o tamanho como a rentabilidade, tornando a relação entre elas espúria (BERGER, 1995).

Concernente aos diferentes tipos de controle, alguns estudos, como os de Demirgüç-Kunt e Huizinga (1999) e Claessens *et al.* (2001), sugerem que, em países em desenvolvimento, os bancos estrangeiros apresentam um desempenho superior aos domésticos, em termos de margens e rentabilidade, seja por possuírem vantagens tecnológicas ou gerenciais, seja por apresentarem um menor custo de captação, relacionado a um melhor *rating* ou por contarem com o suporte da matriz.

Por sua vez, alguns trabalhos, como os Shleifer e Vishny (1997), Shleifer e Vishny (1994) e Boycko *et al.* (1996), apontam que as empresas controladas pelo Estado são menos eficientes que as controladas pelo setor privado, já que naquelas os interesses políticos, muitas vezes, se sobrepõem à busca por melhores resultados.

Os bancos também podem ser diferenciados a partir do volume de operações de crédito que possuem, já que estas se configuram como a operação típica de um banco, principalmente os comerciais. Segundo Kashyap (2002, p. 33), bancos comerciais apresentam dois tipos de atividades, a captação de depósitos e os empréstimos. Dessa forma, os bancos proporcionam o fluxo de recursos na economia, dos agentes poupadores, ou superavitários, para os agentes tomadores, ou deficitários.

Iannotta *et al.* (2007, p. 2132) consideram as operações de crédito os ativos mais rentáveis de um banco, mas acrescentam que elas são os ativos que demandam mais recursos para serem gerados. Adicionalmente os riscos de inadimplência dos empréstimos, aliados às elevadas taxas de juros pagas às aplicações em títulos públicos federais, tornam incerta a sua relação com a rentabilidade.

Verifica-se, portanto, a oportunidade de comparar os resultados dos bancos, a partir dos atributos abordados supra, de maneira a averiguar a uniformidade da rentabilidade dentro do setor bancário. Dessa forma, com os resultados da pesquisa, espera-se contribuir para

fomentar uma visão menos superficial do setor, podendo os resultados, inclusive, ser úteis na formulação de futuras políticas para o segmento.

A questão de pesquisa que emerge das considerações anteriores é: Em que medida tamanho, origem de capital e NOC impactam a uniformidade do retorno do setor bancário?

A resposta provisória a esta questão, ou seja, a hipótese geral de pesquisa é: os bancos apresentam rentabilidade não uniforme quando classificados por tamanho, origem de capital ou NOC. Adicionalmente, formula-se uma hipótese secundária para o trabalho, qual seja:

- a) a rentabilidade do setor bancário apresenta comportamento não uniforme no intervalo de tempo da análise.

O objetivo geral da pesquisa é averiguar se a rentabilidade do setor bancário apresenta comportamento uniforme quando confrontado com atributos de tamanho, tipo de controle e nível de operações de crédito. Configuram-se como objetivos específicos do trabalho:

- a) avaliar as relações entre a rentabilidade e os demais atributos escolhidos, tamanho, origem de capital e NOC, e suas evoluções no decorrer do tempo;
- b) avaliar as relações entre as variáveis que se mostraram não homogêneas em relação à rentabilidade;
- c) avaliar se a rentabilidade apresentou comportamento uniforme no decorrer do tempo.

Salienta-se que o trabalho não assume que a rentabilidade do setor bancário é alta em comparação a outros setores da economia ou a outros países, apenas parte-se do pressuposto que existe, na sociedade, a percepção de que o setor apresenta resultados elevados.

A rentabilidade bancária, além de ser um assunto recorrente na mídia, tem sido tema de trabalhos acadêmicos no país, como os de Gregório (2005), Maffili (2007), Schlottfeldt (2004), Rodrigues (2004) e Bitter (2003). No entanto, este trabalho aborda o tema por um enfoque diferente dos demais, além de utilizar uma amostra maior, num intervalo de tempo mais longo e aplicar técnicas estatísticas não empregadas anteriormente, conforme ilustra a tabela a seguir.

Tabela 1 – Confrontação do trabalho com pesquisas anteriores

Autor/ano	Foco da pesquisa	Técnica estatística empregada	Nº de bancos da amostra	Período
Este trabalho	Avaliar se a rentabilidade do setor bancário é uniforme em relação a tamanho, origem de capital e NOC dos bancos	ANACOR E HOMALS	215	1996 – 2006
Demais Trabalhos sobre rentabilidade bancária no país				
Maffili (2007)	Avaliar as relações entre as variações da rentabilidade e as alterações no spread, valor das tarifas, custos de pessoal e estrutura patrimonial	Dados em painel	57	1999 – 2005
Gregório (2005)	Comparação da rentabilidade do setor bancário com o setor não financeiro	Comparações das médias e dos desvios padrões	Média de 40 / ano	1997 – 2004
Schlottfeldt (2004)	Relação entre o índice de Basileia e a rentabilidade	Dados em painel	144	1995 – 2003
Rodrigues (2004)	Impacto dos planos de estabilização econômica nos bancos	Comparação de médias	10	1983 – 2002
Bitter (2003)	Relação entre a entrada de bancos estrangeiros no mercado nacional e o impacto na <i>performance</i> dos bancos domésticos	Regressões em painel e regressões lineares múltiplas	11	1994 – 2002

Neste trabalho foram utilizados os dados semestrais, disponibilizados no site do Banco Central do Brasil – Bacen⁵, da população dos bancos comerciais, múltiplos com carteira comercial, caixas econômicas e conglomerados em cuja composição se verifica pelo menos uma instituição do tipo banco comercial ou banco múltiplo com carteira comercial.⁶ Logo, as palavras “banco” ou “instituição” se referem, neste trabalho, ao conjunto de instituições antes mencionado.

As técnicas estatísticas utilizadas foram a Análise de Correspondência – ANACOR, que avalia a correspondência entre as categorias de duas variáveis e a análise de correspondência múltipla, também conhecida como HOMALS, que avalia as correspondências entre as categorias de três ou mais variáveis.

⁵ <www.bcb.gov.br/dadoscadastraisecontabeis/50maiores>.

⁶ O Bacen denomina esse conjunto de instituições como “Consolidado bancário I”.

O trabalho apresenta, além da presente introdução, mais quatro capítulos. O próximo trata da definição do indicador de rentabilidade a ser utilizado e das pesquisas realizadas anteriormente, que versaram sobre a relação entre a rentabilidade e as demais variáveis selecionadas, tamanho, origem de capital e nível das operações de crédito. O terceiro capítulo trata da metodologia empregada no trabalho, o que inclui a forma de obtenção dos dados, o detalhamento do cálculo das variáveis e a explanação dos testes estatísticos empregados. No capítulo seguinte, encontram-se a apresentação e a análise dos resultados, e, por fim, o trabalho termina com as conclusões, considerações finais e sugestões para posteriores estudos.

2 REVISÃO DA LITERATURA

Este capítulo está dividido em duas partes: a primeira aborda a escolha do indicador mais apropriado para a mensuração da rentabilidade e a segunda enfoca a relação da rentabilidade com as demais variáveis pesquisadas, origem de capital, tamanho e nível de operações de crédito.

2.1 Rentabilidade

Segundo Santos (1980, p. 20), a rentabilidade pode ser utilizada para medir desempenhos. Iudícibus (1998, p. 110) reforça esse conceito,

[...] devemos relacionar o lucro de um empreendimento com algum valor que expresse a dimensão relativa do mesmo, para analisar quão bem se saiu a empresa em determinado período. O melhor conceito de dimensão poderá ser ora volume de vendas, ora valor do ativo total, ora valor do patrimônio líquido, ou valor do ativo operacional, dependendo da aplicação que fizermos.

Matarazzo (1998, p. 403) destaca três principais indicadores para mensurar a rentabilidade de uma empresa:

$\text{Retorno sobre o Patrimônio líquido} = \frac{\text{lucro líquido}}{\text{Patrimônio líquido}}$
$\text{Retorno sobre o ativo} = \frac{\text{lucro antes das despesas financeiras}}{\text{Ativo operacional}}$
$\text{Custo da dívida} = \frac{\text{despesas financeiras}}{\text{Passivo gerador de encargos}}$

Berger (1995, p. 414), por sua vez, destaca duas medidas padrões de rentabilidade para a pesquisa na área bancária, o Retorno sobre os Ativos - ROA e o Retorno sobre o Patrimônio Líquido - ROE, ambos após o pagamento de tributos.⁷

⁷ Berger (1995, p. 415) definiu ROA e ROE respectivamente como *Ratio of net after-tax income to assets* e *Ratio of net after-tax income to equity*.

Sobre a utilização de diferentes medidas de *performance*, Barth *et al.* (1997, p. 13) afirmam que “Em muitos casos os resultados empíricos não se alteram com a medida de desempenho escolhida, especialmente entre o ROE e o ROA.”⁸

No entanto, alguns autores consideram o ROE como a medida de rentabilidade mais importante e abrangente. Sobre os três principais índices citados supra, Matarazzo (1998, p. 403) complementa: “No fim das contas, o que interessa mesmo para a empresa é o [...] retorno sobre o patrimônio líquido. Os dois outros índices são informações gerenciais de como a empresa atingiu o retorno sobre o patrimônio líquido.”

Segundo Assaf Neto (2006, p. 320), “O retorno sobre o patrimônio líquido fornece o ganho percentual auferido pelos proprietários como uma consequência das margens de lucro, da eficiência operacional, do *leverage* e do planejamento eficiente de seus negócios.”

Por outro lado, o ROE não é unanimidade dentre os pesquisadores. Demirgüç-Kunt e Huizinga (1999) criticam a rentabilidade sobre o patrimônio líquido (ROE) devido ao fato de, em muitos países, o nível de capital exigido ser baixo, o que “mascararia” a real rentabilidade das instituições financeiras. No entanto tais críticas não se aplicam a este trabalho, que utiliza informações apenas dos bancos brasileiros, ou seja, não existe comparação entre países com eventuais diferenças nas exigências de capital.

Com relação à forma de cálculo da rentabilidade, Málaga *et al.* (2003, p. 8) sugerem utilizar o patrimônio líquido inicial: “[...] na verdade, o lucro é gerado não sobre o patrimônio líquido do final do período, mas sobre o Patrimônio Líquido do início do ano.”

A partir dessas considerações, o retorno sobre o patrimônio líquido (ROE) foi escolhido como o indicador de rentabilidade do estudo, sendo calculado a partir do patrimônio líquido inicial.

⁸ “*In many cases, the empirical results are essentially unchanged with respect to the particular measure of bank performance chosen, especially as between ROE and ROA*”.

2.2 Relação entre a rentabilidade e os demais atributos

2.2.1 Rentabilidade e origem de capital

Segundo Shleifer e Vishny (1997, p. 768), as empresas de controle público são menos eficientes que as de controle privado, pois são administradas por burocratas, com interesse apenas marginal nos lucros, os quais se destinam majoritariamente ao governo; e com objetivos mais voltados a atender aos seus grupos de interesse do que a prestar serviços à sociedade.

Boycko *et al.* (1996, p. 309) salientam que a maneira mais comum de atender aos interesses dos políticos, em detrimento da eficiência, é através da criação de empregos desnecessários, o que garantiria tanto os votos dos empregados, como muitas vezes o apoio de sindicatos.

Por sua vez, Shleifer e Vishny (1994, p. 996) salientam que algumas decisões importantes numa empresa pública podem ser norteadas para atender interesses políticos, em detrimento da eficiência, como na definição do local de construção de uma fábrica.⁹

Quando se trata de instituições financeiras, há ainda mais uma forma de se lesar a empresa para atender aos interesses de terceiros, através da realização de empréstimos para políticos ou grupos de interesse. Segundo a revista *The Economist* (1994, p. 21), o *Credit Lyonnais*, banco estatal francês, perdeu bilhões de dólares ao realizar empréstimos duvidosos a amigos do partido socialista.

No Brasil, segundo Andrezo e Lima (2007, p. 217), a situação não era muito diferente, os controladores dos bancos estaduais utilizavam-nos para fins políticos, através da concessão de empréstimos sem critérios; adiantamentos de receitas orçamentárias; criação de emprego para colaboradores; e concessão de empréstimos aos próprios Estados, acima dos limites legais, que muitas vezes não eram honrados.

Alguns trabalhos, tanto no Brasil como no exterior, compararam o desempenho entre bancos com diferentes tipos de controle.

⁹ Os autores citam como exemplo as empresas Renault e Airbus.

Dentre os trabalhos que focaram o mercado brasileiro, Carvalho (2000) analisou as estratégias dos bancos estrangeiros para aumentar os lucros e o *market-share* no Brasil. Entre suas conclusões, o autor verificou que a rentabilidade dos bancos estrangeiros é similar a dos nacionais. Por outro lado, o autor verificou que os bancos estrangeiros são, em média, mais eficientes, apesar de essa vantagem vir diminuindo com o tempo.¹⁰

Silva e Jorge Neto (2002) pesquisaram a existência de economias de escala no sistema bancário brasileiro, entre 1995 e 1999, através da estimação de uma fronteira estocástica de custo translog por máxima verossimilhança numa amostra de 59 bancos. Os autores apontaram os bancos públicos estaduais como os mais ineficientes, um empate entre os públicos federais e particulares, e os estrangeiros como os mais eficientes em comparação aos demais.

Guimarães (2002) examinou o impacto nos bancos nacionais do aumento da participação dos bancos estrangeiros no mercado brasileiro. O autor aplicou técnica de regressão múltipla em dados bancários dentre os anos de 1995 a 2001, e verificou que os bancos privados nacionais são mais rentáveis que os estrangeiros, e estes, por sua vez, são mais lucrativos que os bancos públicos.

Quanto aos estudos que utilizaram dados globais, Demirgüç-Kunt e Huizinga (1999) procuraram identificar os determinantes da rentabilidade e das margens de intermediação financeira dos bancos comerciais. Para isso, utilizaram a análise de regressão numa base de dados com bancos provenientes de 80 países, entre industrializados e em desenvolvimento, entre os anos de 1988 e 1995. Os resultados desse estudo sugerem que em países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil, os bancos com controle estrangeiro apresentam margens de intermediação financeira e rentabilidade superiores aos bancos de controle doméstico.

Claessens *et al.* (2001) estudaram o efeito da presença de bancos estrangeiros sobre as instituições domésticas. Para tanto, analisaram dados de bancos de 80 países no período de 1988 a 1995. Os resultados encontrados sugerem que o aumento da presença de bancos estrangeiros tende a reduzir a rentabilidade e as margens dos bancos domésticos.

¹⁰ O autor tomou como medida de eficiência o percentual proveniente do total dos custos operacionais dividido pelo total de ativos.

Por sua vez, durante o período de análise, observou-se, justamente, o crescimento do número de instituições estrangeiras e de sua participação no mercado, como mostram as tabelas 2 e 3.

Tabela 2 - Participação dos ativos (%) no sistema bancário por tipo de capital

Data	Público Federal	Público estadual	Privado nacional	Controle Estrangeiro	Participação Estrangeira
Dez/1995	40%	19%	26%	7%	8%
Dez/1996	37%	19%	28%	8%	8%
Dez/1997	45%	9%	27%	11%	8%
Dez/1998	43%	7%	26%	17%	8%
Dez/1999	41%	5%	24%	22%	7%
Dez/2000	36%	4%	27%	25%	8%
Dez/2001	32%	4%	29%	27%	8%
Dez/2002	34%	4%	30%	25%	6%
Dez/2003	37%	4%	33%	20%	6%
Dez/2004	35%	4%	32%	22%	6%
Dez/2005	33%	4%	33%	22%	8%
Dez/2006	31%	4%	37%	23%	6%
Δ	-9%	-15%	+11%	+16%	-2%

Tabela 3 – Número total de bancos por tipo de capital

Data	Público Federal	Público Estadual	Privado Nacional	Controle Estrangeiro	Participação Estrangeira	Total
Dez/1995	5	23	75	25	16	144
Dez/1996	5	23	75	27	15	145
Dez/1997	5	19	70	31	15	140
Dez/1998	5	16	58	35	13	127
Dez/1999	8	11	56	40	9	124
Dez/2000	10	7	59	38	8	122
Dez/2001	9	6	60	39	7	121
Dez/2002	8	6	55	39	3	111
Dez/2003	8	6	56	38	2	110
Dez/2004	7	6	54	37	2	106
Dez/2005	7	6	54	34	2	103
Dez/2006	6	6	55	35	1	103
Δ	20%	-74%	-27%	40%	-94%	-28%

Na tabela 2, observa-se que a participação dos bancos públicos federais e estaduais sobre o total do sistema bancário, medida pelo total de ativos, passou respectivamente de 40% e 19% em dezembro de 1995 para 31% e 4% em dezembro de 2006. No consolidado, os bancos públicos (federais e estaduais) apresentaram perda de participação de 24% no período. Por outro lado, a participação dos bancos privados de capital nacional e estrangeiro cresceu, respectivamente, 11% e 16% no mesmo período.

Com relação ao número de instituições, verifica-se, na tabela 3, que houve uma redução total de 28% entre dezembro de 1995 e dezembro de 2006. As maiores variações ocorreram com os bancos de participação estrangeira, queda de 94%, e com os bancos públicos estaduais, queda

de 74%. Os bancos públicos federais apresentaram um aumento de 20%, mas que em números absolutos representa apenas 1 instituição, enquanto que, para os bancos de controle estrangeiro, o crescimento foi mais expressivo, passando de 25 para 35 bancos, o que representa um aumento de 40%.

Iannotta *et al.* (2007) usaram uma amostra de 181 grandes bancos de 15 países europeus entre os anos de 1999 a 2004 para avaliar a relação entre os diferentes tipos de controle, a rentabilidade, o custo de eficiência e o risco na indústria bancária européia. Os bancos foram classificados em três diferentes tipos de controle: bancos públicos, controlados pelo governo federal ou regional; bancos controlados pela iniciativa privada; e bancos mútuos, nos quais o poder de voto dos acionistas não é proporcional ao número de ações detidas. Com relação à rentabilidade, os pesquisadores concluíram que os controlados pela iniciativa privada são mais rentáveis que os demais.¹¹

Por sua vez, Molyneux e Thorton (1992) estimaram uma equação linear usando dados de 671 bancos europeus em 1986, 1063 em 1987, 1371 em 1988 e 1108 em 1989. As variáveis dependentes eram formadas pelos indicadores de rentabilidade, e as independentes eram constituídas por uma série de determinantes de rentabilidade bancária. Com relação à origem de capital, foi encontrada uma relação positiva e estatisticamente significativa, sugerindo que os bancos públicos apresentam maior retorno sobre o capital que os concorrentes da iniciativa privada. Segundo os autores, uma possível explicação para esse resultado, que contraria toda a literatura, seria que os públicos mantêm uma menor proporção de capital que os demais, já que o governo garantiria possíveis perdas da instituição.

De acordo com a literatura pesquisada supra e os trabalhos já realizados sobre o tema, espera-se que a rentabilidade dos bancos, em relação ao seu tipo de controle, não seja uniforme, principalmente devido às instituições públicas, que devem apresentar uma *performance* inferior às demais, tanto de capital privado nacional como de capital estrangeiro.

¹¹ Alguns exemplos de bancos mútuos citados pelo autor são o *Raiffeisenbanken* e o *Volksbanken*, da Alemanha, o *Building Societies*, do Reino Unido, o *Banche Popolari* da Itália e o espanhol *Cajás de Ahorros*.

2.2.2 Rentabilidade e tamanho

Segundo Goddard *et al.* (2004, p. 368), uma relação positiva entre tamanho e rentabilidade pode ser explicada por diversos fatores, como através de economias de escala e escopo existentes nos maiores bancos, ou do exercício de poder de mercado no apreçamento de produtos.

Por sua vez, instituições mais bem administradas ou que empreguem tecnologias mais avançadas possuiriam menores custos e, portanto, maiores retornos, o que as levaria a aumentar sua participação de mercado. Nesse caso, uma maior eficiência determina tanto um lucro como um tamanho maior, sendo, portanto, a relação entre tamanho e rentabilidade espúria (BERGER, 1995).

A literatura também apresenta motivos que justificam o melhor desempenho dos bancos de menor porte em relação aos maiores. Jorge Neto e Wichmann (2007, p. 21) afirmam que bancos grandes podem ter maiores dificuldades de gerenciar o negócio devido ao seu tamanho, além de poderem assumir uma postura de menor cuidado frente ao risco, fiando-se num eventual socorro financeiro por parte das autoridades governamentais, para evitar uma crise sistêmica.

Os trabalhos encontrados apresentaram diversos tipos de relação entre as duas variáveis.

Berger (1995) se propôs a identificar se a relação entre lucro e estrutura de mercado poderia ser explicada através das teorias de poder de mercado ou eficiência. O autor utilizou medidas de rentabilidade bancária como variável dependente e medidas de concentração, *market-share*, eficiência e eficiência de escala como variáveis independentes. Os testes foram aplicados em 30 diferentes conjuntos de dados, tendo cada um entre 1300 e 2000 observações, entre os anos de 1980 e 1989. Durante seu trabalho, o pesquisador encontrou forte correlação da rentabilidade das empresas com seu *market-share*¹².

Goldberg e Rai (1996) estudaram as relações entre a estrutura de mercado e a rentabilidade dos bancos nos países do continente europeu. Os autores utilizaram uma fronteira de custos estocásticos para derivar medidas de ineficiência e ineficiência de escala, sendo que o

¹² O *market-share* nesse trabalho tomou como critério de medida a proporção de depósitos em relação ao total.

tamanho dos bancos, medido pelo logaritmo natural do total de ativos, foi utilizado como variável de controle. Os resultados mostraram que o tamanho dos bancos não tem influência estatisticamente significativa em sua rentabilidade.

Por sua vez, os resultados encontrados por Silva e Jorge Neto (2002, p. 11) sugerem que os bancos pequenos e grandes são mais eficientes do que as empresas de porte médio.¹³ Os bancos grandes teriam maior facilidade de captar depósitos a taxas inferiores às demais instituições, enquanto os menores bancos apresentariam estruturas de custo mais enxutas, com poucas agências e funcionários.

Kosmidou *et al.* (2006) procuraram identificar quais indicadores de *performance* melhor segregavam os bancos em pequenos e grandes. Para tanto, os autores utilizaram a técnica *PAIRCLASS multicriteria methodology*. Os bancos de menor porte apresentaram, em geral, melhor desempenho, mas os indicadores que mais os distinguiam não estavam relacionados à rentabilidade, como *return on average assets*, *net interest margin* e *net interest income/average assets*, mas sim à estrutura de capital, como *equity/total assets* e *equity/net loans*.

Barth *et al.* (1997) realizaram uma análise empírica exploratória para avaliar a *performance* dos bancos em diferentes estruturas de mercado e tipos de regulamentação. A amostra da pesquisa era formada por dados de 142 bancos de 19 países (Estados Unidos, 8 países da união européia da época e mais um grupo de 10 países) no ano de 1993. O ROE, utilizado como medida de rentabilidade, apresentou relação estatisticamente não significativa com o tamanho das instituições, medido pelo total de ativos.

A maioria das pesquisas supra não encontrou relação estatisticamente significativa entre o desempenho e o tamanho das empresas. No entanto, apenas um dos trabalhos focou o mercado nacional, no qual a diferença entre os maiores bancos e os menores é expressiva.¹⁴ Acredita-se que esse gradiente de tamanho seja suficiente para que os maiores bancos apresentem vantagens em relação aos bancos de menor porte, como custo de captação inferior

¹³ A medida de tamanho considerada foi o logaritmo natural do total do ativo e o logaritmo natural do total do ativo elevado ao quadrado.

¹⁴ Em dezembro de 2006, os 5 maiores bancos respondiam por 52% do total de ativos do Sistema Financeiro Nacional - SFN.

e economias de escala e escopo, o que será determinante para a obtenção de uma maior rentabilidade.

2.2.3 Rentabilidade e nível de operação de crédito

As operações de crédito podem ser consideradas a operação típica dos bancos. Numa conceituação abrangente do SFN, Fortuna (2008, p. 16) realça o papel da intermediação financeira: “[...] um conjunto de instituições que se dedicam, de alguma forma, ao trabalho de propiciar condições satisfatórias para a manutenção de um fluxo de recursos entre poupadores e investidores”.

Os bancos, como principais atores do SFN, são os maiores responsáveis pela intermediação de recursos entre os entes superavitários e os deficitários. Esse papel é ainda mais intenso no caso dos bancos comerciais. Fortuna (2008, p. 28) definiu-os como “[...] intermediários financeiros que recebem recursos de quem tem e os distribuem através do crédito seletivo a quem necessita de recursos [...]”.

No entanto, devido ao risco inerente a essas operações e às elevadas taxas que têm remunerado os títulos públicos federais nos últimos anos, uma maior exposição ao crédito pode não implicar, necessariamente, em taxas de retorno mais elevadas.

Iannotta *et al.* (2007) utilizaram, em sua pesquisa, a proporção dos empréstimos sobre o total de ativos rentáveis, *Loans*, como variável de controle, que apresentou uma relação positiva e estatisticamente significativa com a rentabilidade.

No entanto, quando os ativos rentáveis são substituídos pelos ativos totais, os resultados se alteram. Demirgüç-Kunt e Huizinga (1999) encontraram uma relação negativa e estatisticamente significativa entre a rentabilidade e a variável “empréstimos sobre o total de ativos”.

Demirgüç-Kunt e Huizinga (2000) investigaram o impacto da estrutura e do nível de desenvolvimento financeiro na rentabilidade e margem de intermediação dos bancos, com informações de todos os países da Organização para a Cooperação Econômica e o

Desenvolvimento - OECD¹⁵, além de muitos países em desenvolvimento, durante os anos de 1990 a 1997. O estudo mostrou que o coeficiente “empréstimos / total de ativos” foi positivo e significativo em três das seis especificações para a variável dependente margem de intermediação, mas não foi significativo em nenhuma especificação em relação à rentabilidade.

Barth *et al.* (1997) utilizaram a relação empréstimos sobre ativos como variável específica, que apresentou uma relação negativa e estatisticamente significativa com a rentabilidade.

Maffili (2007) também analisou as relações existentes entre alguns atributos dos bancos brasileiros e a rentabilidade numa amostra de 57 bancos no período entre 1999 e 2005. O autor aplicou a técnica estatística de dados em painel. No trabalho, a variável operações de crédito sobre ativo total apresentou relação negativa e estatisticamente significativa com a rentabilidade.

Verifica-se que, em alguns dos trabalhos pesquisados, a variável operações de crédito sobre o total de ativos mostrou-se negativamente relacionada à rentabilidade. Considerando que as operações de crédito são o *core-business* dos bancos, tais resultados, a princípio, causam certa surpresa. Entretanto, nem todos os pesquisadores esperavam uma relação positiva entre a rentabilidade e o nível de empréstimos. A expectativa de Iannotta *et al.* (2007) era de relação positiva com a receita, já que os empréstimos são mais rentáveis que outros tipos de ativos, mas relação incerta com o lucro, já que as operações de crédito também demandam mais recursos para serem geradas.

Os autores que encontraram relação negativa entre as duas variáveis procuraram explicá-la de diversas maneiras. Maffili (2007) apontou a variação da taxa básica de juros do período analisado por sua influência na rentabilidade dos títulos públicos federais, e no custo dos empréstimos. Por sua vez, Barth *et al.* (1997) remeteram aos problemas com inadimplência dos empréstimos enfrentados pelos bancos no período da pesquisa.

Durante o período da análise, principalmente até o ano de 2002, pode-se considerar que as condições macroeconômicas foram turbulentas. Entre os principais fatos, salientam-se as

¹⁵ Organization for Economic Co-operation and Development.

elevadas taxas de juros do período; as várias crises externas que afetaram o país, como a mexicana em 1995, a asiática em 1997 e a russa em 1998; a mudança do regime cambial, de fixo para livre em 1999; a crise energética em 2001; além do processo de reestruturação do SFN, no qual muitas instituições sofreram intervenção do governo, e outras foram privatizadas ou liquidadas. Logo, não se espera encontrar relação positiva entre nível de operações de crédito e rentabilidade nesse período, mas, nos anos seguintes, essa associação se apresenta mais factível.

O quadro 1 fornece um resumo dos principais estudos citados no presente capítulo, no qual constam o autor e ano do trabalho, os resultados obtidos, o país e o período do estudo.

Quadro 1 - Quadro resumo dos estudos entre rentabilidade e os demais atributos

Autor/ano	Principais resultados	Países	Período do estudo
Painel 1 – Rentabilidade e origem de capital			
Carvalho (2000)	Rentabilidade similar entre os bancos estrangeiros e os nacionais.	Brasil	1994 – 1998
Silva e Jorge Neto (2002)	Os resultados sugerem que os bancos estrangeiros são os mais eficientes, seguidos dos particulares nacionais e públicos federais, e, por último, aparecem os públicos estaduais.	Brasil	1995 – 1999
Guimarães (2002)	Bancos privados nacionais aparecem como os mais rentáveis, seguido dos estrangeiros, e, por fim, dos públicos.	Brasil	1995 – 2001
Molyneux e Thorton (1992)	Os resultados sugerem que os bancos públicos apresentam maior retorno sobre o capital que os concorrentes da iniciativa privada.	Globais	1986 – 1989
Demirgüç-Kunt e Huizinga (1999)	Os resultados sugerem que, em países em desenvolvimento, os bancos com controle estrangeiro apresentam margens de intermediação financeira e rentabilidade superiores aos bancos de controle doméstico.	Globais	1988 – 1995
Claessens <i>et al.</i> (2001)	Os resultados do estudo sugerem que o aumento da presença de bancos estrangeiros está associado à redução da rentabilidade e margens dos bancos domésticos.	Globais	1988 -1995
Iannotta <i>et al.</i> (2007)	Bancos controlados pela iniciativa privada aparecem como mais rentáveis que os bancos mútuos e os públicos.	Europa	1999 – 2004

Continuação do Quadro 1			
Autor/ano	Principais resultados	Países	Período do estudo
Painel 2 – Rentabilidade e tamanho			
Berger (1995)	Os resultados apontaram forte correlação da rentabilidade das empresas com seu <i>market-share</i> .	Estados Unidos	1980 – 1989
Goldberg e Rai (1996)	Os resultados mostraram que o tamanho dos bancos não tem influência estatisticamente significativa em sua rentabilidade.	Europa	1988 – 1991
Barth <i>et al.</i> (1997)	Os resultados não apontaram relação estatisticamente significativa entre tamanho e rentabilidade.	Global	1993
Silva e Jorge Neto (2002)	Os resultados encontrados sugerem que os bancos pequenos e grandes são mais eficientes do que os de porte médio.	Brasil	1995 – 1999
Goddard <i>et al.</i> (2004)	Não foram encontradas evidências concretas da existência de relação entre as duas variáveis.	Europa	1992 – 1998
Kosmidou <i>et al.</i> (2006)	Os indicadores que melhor diferenciam os bancos por tamanho não são os relacionados à rentabilidade.	Reino Unido	1998 – 2002
Painel 3 – Rentabilidade e NOC			
Barth <i>et al.</i> (1997)	Os resultados apontaram relação negativa e estatisticamente significativa entre o NOC e a rentabilidade.	Global	1993
Demirgüç-Kunt e Huizinga (1999)	Os resultados sugerem uma relação negativa e estatisticamente significativa entre a rentabilidade e a variável “empréstimos sobre o total de ativos”.	Globais	1988 – 1995
Demirgüç-Kunt e Huizinga (2000)	O coeficiente “empréstimos / total de ativos” não foi estatisticamente significativo em relação à rentabilidade.	OECD	1990 – 1997
Iannotta <i>et al.</i> (2007)	Os resultados apontaram uma relação positiva e estatisticamente significativa entre as duas variáveis.	Europa	1999 – 2004
Maffili (2007)	Os resultados sugerem uma relação estatisticamente significativa, de sinal negativo entre a rentabilidade e o NOC.	Brasil	1999 – 2005

3 TRATAMENTO DOS DADOS

3.1 População, amostra e coleta de dados

Os dados foram coletados do site do Bacen, onde se encontram informações contábeis semestrais das instituições pertencentes ao SFN.¹⁶ Como já mencionado no primeiro capítulo, utilizou-se a população dos bancos comerciais, múltiplos com carteira comercial, caixas econômicas e conglomerados em cuja composição se verifica pelo menos uma instituição do tipo banco comercial ou banco múltiplo com carteira comercial.

Três fatores foram importantes para a definição do período de pesquisa, que contempla integralmente os anos de 1996 a 2006. O primeiro foi a implementação do Plano Real, em 1994, que acarretou o fim da receita inflacionária dos bancos e a necessidade de saneamento do SFN através de uma série de medidas adotadas pelo Governo Federal.

O segundo fator foi a disponibilidade de dados contábeis de todas as instituições pertencentes ao SFN, a partir do segundo semestre de 1995, já em planilha eletrônica, no site do Bacen. Além da abrangência dos dados, tal condição confere credibilidade às informações, por terem sido obtidas diretamente da autoridade reguladora do setor. Cabe ressaltar que os dados utilizados são públicos, o que favorece a replicabilidade do estudo.

O terceiro fator está relacionado ao término da utilização do método da correção monetária integral. A Lei 9.249, de 26 de dezembro de 1995, que entrou em vigor na data de sua publicação e produziu efeito a partir de 1º de janeiro de 1996, determina a revogação da correção monetária das demonstrações financeiras de que tratam a Lei nº 7.799, de 10 de julho de 1989, e o art. 1º da Lei nº 8.200, de 28 de junho de 1991. Desta forma, favorece-se a comparação dos dados devido à utilização do mesmo padrão contábil em todos os semestres.

¹⁶ <www.bcb.gov.br/dadoscadastraisecontabeis/50maiores>.

3.2 Definição dos períodos de análise

A base de dados utilizada abrange, no total, 22 semestres ou 11 anos completos. Por sua vez, as análises foram realizadas em três diferentes períodos, de 1996 a 1998, de 1999 a 2002 e de 2003 a 2006, que foram denominados respectivamente como “1º período”, “2º período” e “3º período”. Esse procedimento proporciona avaliar a evolução das relações entre as variáveis no decorrer dos períodos e identificar eventuais associações, que não seriam verificáveis ao se considerar todos os semestres juntos.

O critério que norteou a divisão dos períodos foi, primeiramente, a crise cambial, ocorrida em janeiro de 1999, quando o sistema cambial passou de fixo para flutuante. Com essa mudança as variações na taxa de câmbio tornaram-se mais intensas, afetando o resultado dos bancos, principalmente os estrangeiros, que costumam “proteger” seu capital através de operações de *hedge*.

Evitou-se a formação de um período demasiado curto, de 3 anos, em relação ao outro, de 8 anos, com um novo corte, tendo como marco a mudança de governo ocorrida em janeiro de 2003, quando um novo presidente assumiu o comando do país.

O número total de bancos que participaram da análise foi de 215, de um total de 218 presentes no intervalo da análise.¹⁷ Entretanto, nem todos os bancos estavam presentes no decorrer dos 11 anos de análise, alguns encerraram suas atividades e outros se originaram durante esse intervalo de tempo. Todavia, o número de bancos presentes em cada período foi de, respectivamente, 168, 160 e 120, no 1º, 2º e 3º períodos.

No entanto, caso uma instituição apresentasse patrimônio líquido inicial inferior a zero, num determinado semestre, a rentabilidade desse semestre, ou seja, essa observação, era desconsiderada da análise, o que ocorreu em 51 oportunidades (38 no 1º período, 12 no 2º período e 1 no 3º período), de um total de 2132 observações.¹⁸

¹⁷ Três bancos (Banerj, Comercial SP e Produban) apresentaram patrimônio líquido inicial inferior a zero em todos seus semestres e, portanto, não foram considerados no trabalho, conforme critério definido no parágrafo seguinte.

¹⁸ Esse critério foi adotado para evitar que prejuízos ocasionem rentabilidades positivas e lucros resultem em rentabilidades negativas.

Com a divisão do intervalo de tempo total em três partes, constituiu-se também uma nova variável, denominada “período”, que será útil para avaliar a uniformidade da rentabilidade no tempo.

3.3 Procedimentos adotados

Cada banco participante do estudo teve suas variáveis tomadas semestralmente, ou seja, partiu-se de uma informação semestral de rentabilidade, tamanho, nível de operações de crédito e origem de capital de cada banco. Essas informações foram utilizadas para segregar as instituições em quartis, sendo possível, dessa maneira, aplicar as técnicas estatísticas previstas no estudo, a ANACOR e a *HOMALS*.¹⁹

3.3.1 Determinação da rentabilidade média

A rentabilidade foi calculada, semestralmente, para cada banco a partir da seguinte fórmula:

$$ROE = \frac{LL}{PL_{inicial}} \quad (1)$$

Em que ROE = rentabilidade sobre o patrimônio líquido

LL = lucro líquido do semestre após impostos

PL_{inicial} = patrimônio líquido no início do semestre.

Posteriormente, foi calculada a rentabilidade média para cada um dos três períodos, da seguinte forma:

$$ROEm = \frac{\sum_{t=1}^n ROEt}{n} \quad (2)$$

¹⁹ O procedimento de segregar os elementos de uma variável quantitativa em quartis, de maneira a operacionalizar a ANACOR, também foi utilizado por Lima (2007).

Em que ROEm = rentabilidade média do período

ROE = rentabilidade sobre o patrimônio líquido

t = semestres

n = número total de semestres do período.

Por fim, cada banco foi classificado em um determinado quartil, em cada um dos três períodos, de acordo com o valor de sua rentabilidade média. O 1º, 2º, 3º e 4º quartis foram denominados, respectivamente, “baixa”, “média”, “alta” e “muito alta”.

3.3.2 Determinação do tamanho

O critério adotado para a mensuração do tamanho dos bancos foi o ativo total, deduzido da intermediação (de títulos – posição financiada). O Bacen utiliza este mesmo critério para a classificação dos bancos por tamanho na elaboração do relatório “50 maiores bancos e o consolidado do Sistema Financeiro Nacional”.

Calculou-se, então, para cada banco, o saldo médio dos ativos, em cada um dos três períodos, a partir da fórmula:

$$A_m = \frac{\sum_{t=1}^n A_t}{n} \quad (3)$$

Sendo que: A_m = ativo médio do período

A = saldo do total de ativos deduzido da intermediação

t = semestres

n = número total de semestres do período.

Por fim, cada banco foi classificado em um determinado quartil, em cada um dos períodos, conforme o valor de seu ativo médio. O 1º, 2º, 3º e 4º quartis foram denominados, respectivamente, “pequeno”, “médio”, “grande” e “muito grande”.

3.3.3 Determinação do nível de operações de crédito

O nível de operações de crédito foi calculado, semestralmente, para cada banco a partir da fórmula:

$$\text{NOC} = \frac{OC}{A} \quad (4)$$

Sendo que: NOC = nível das operações de crédito

OC = Saldo do montante de operações de crédito e arrendamento mercantil, deduzido das respectivas provisões

A = saldo do total de ativos deduzido da intermediação.

Posteriormente, foi calculado o nível de operações de crédito médio de cada banco em cada um dos três períodos:

$$\text{NOC}_m = \frac{\sum_{t=1}^n \text{NOC}_t}{n} \quad (5)$$

Em que NOC_m = nível de operações de crédito médio do período

NOC = nível de operações de crédito

t = semestres

n = número total de semestres do período.

Finalmente cada banco foi classificado em um determinado quartil em cada um dos períodos, com base no seu nível de operações de crédito médio. O 1º, 2º, 3º e 4º quartis foram denominados, respectivamente, “baixo”, “médio”, “alto” e “muito alto”.

3.3.4 Determinação da origem de capital

O Bacen classifica os bancos, semestralmente, pela origem de capital, de acordo com as características do controlador, em cinco diferentes categorias, “público federal”, “público estadual”, “privado nacional”, “estrangeiro” e “participação estrangeira”²⁰.

Devido às similaridades existentes entre algumas categorias e com o intuito de aumentar a robustez do teste qui-quadrado, as categorias “público estadual” e “público federal” foram agrupadas numa única categoria, denominada “público”; enquanto a categoria “privado nacional” aglutinou a categoria “participação estrangeira”.²¹

No caso de ocorrer a mudança de categoria de um banco, num mesmo período, devido a operações de fusão, aquisição, entre outras, predominava a categoria com maior presença no período, ou seja, a moda.

3.3.5 Período

Com o intuito de analisar a uniformidade da rentabilidade no tempo, os dados da rentabilidade média calculada, para cada banco, em cada um dos três períodos, foram compilados. Logo, formou-se uma base de dados com duas variáveis, a rentabilidade, quantitativa, e dividida novamente em quartis; e o período, qualitativa, composta por três categorias, 1º, 2º e 3º período, com, respectivamente, 168, 160 e 120 elementos.

3.4 Técnicas estatísticas

3.4.1 Análise de Correspondência - ANACOR

Segundo Greenacre e Blasius (1994, p. 3), a principal utilidade da ANACOR é facilitar a interpretação das informações contidas numa tabela de contingências, através da representação desses dados num mapa perceptual. A técnica foi desenvolvida na França e está

²⁰ Bancos de participação estrangeira são aqueles cujo capital estrangeiro está presente como acionista minoritário entre 10 e 50%.

²¹ Segundo Maroco (2003, p. 90), “[...] o teste do χ^2 só pode ser aplicado com rigor quando se verificam todas as condições seguintes: (1) $N > 20$; (2) todos os E_{ij} sejam superiores a 1 e (3) que pelo menos 80% dos E_{ij} sejam superiores ou iguais a 5.” Nesse caso, “N” se refere ao número de observações; e o “ E_{ij} ” se refere aos valores esperados de cada célula da tabela de contingência.

inserida no tipo de investigação de redução de dados, realizando uma redução de amplitude e uma representação gráfica das variáveis.

Segundo Pereira (2001, p. 133), “A análise de correspondência é uma técnica multivariada para se examinar relações geométricas do cruzamento, ou contingenciamento, de variáveis categóricas. Ela analisa a distribuição de massa de um conjunto de observações”.²²

A principal aplicação da ANACOR é mostrar, num quadro, a correspondência entre as categorias de variáveis, particularmente aquelas medidas em escala nominal (HAIR JR. *et al.*, 1998, p. 548). Entretanto a técnica não se limita apenas a variáveis nominais, como aborda Souza (1982, p. 1), “[...] pode também ser aplicada a variáveis contínuas desde que estejam codificadas de maneira apropriada, como por exemplo, divididas em classes.”²³

A ANACOR foi escolhida para ser aplicada neste estudo por fornecer indícios de associação entre as categorias da variável rentabilidade, com as categorias das demais variáveis do setor bancário, como a origem de capital, o tamanho e o nível de operações de crédito. Adicionalmente a técnica não demanda pressupostos rígidos de aplicação, mas, por outro lado, segundo Hair Jr. *et al.* (1998, p. 554), a técnica também apresenta limitações, principalmente pelo seu caráter descritivo, não sendo possível realizar inferências de causa e efeito.

A medida de correspondência das variáveis está baseada na estatística qui-quadrado (χ^2). De acordo com Pereira (2001, p. 94):

O χ^2 é um teste que calcula o total de desvios entre o número de ocorrências observadas e o de esperadas, e examina sua probabilidade segundo um padrão de distribuição definido segundo o número de graus de liberdade da tabela de contingência. A fórmula utilizada para o seu cálculo é a seguinte:

$$\chi^2 = \sum [(E - O)^2/E] \quad [6]$$

Em que, O = frequência observada
E = frequência esperada

²² Pereira (2001, p. 134) define massa como “[...] as frequências marginais de uma tabela de contingência [...]”.

²³ Essa premissa foi utilizada no presente trabalho, no qual três variáveis quantitativas (rentabilidade, tamanho e nível de operações de crédito) foram transformadas em variáveis qualitativas, através da divisão dos elementos em quartis.

O valor resultante da aplicação da fórmula anterior a cada célula recebe o sinal oposto ao da diferença entre frequência esperada e observada, sendo que valores positivos e negativos representam respectivamente maior e menor correspondência entre as categorias. A soma dos qui-quadrados de cada célula formam o qui-quadrado de Pearson, e um valor inferior a um determinado nível de significância pressupõe a rejeição da hipótese nula:

- H0: há aleatoriedade na combinação das variáveis categóricas.
- H1: não há aleatoriedade na combinação das variáveis categóricas.

Caso ocorra a rejeição de H0, a um determinado nível de significância, a ANACOR deve ser utilizada como complemento ao teste qui-quadrado, pois permitirá a visualização das categorias com maior grau de correspondência (PESTANA; GAGEIRO, 2000, p. 360).

Segundo Hair *et al.* (1998, p. 551), a ANACOR cria um mapa perceptual com “n” dimensões, no qual são calculadas e visualizadas as distâncias entre as categorias das variáveis. O número de dimensões, “n”, pode variar de 1 até o número mínimo de linhas e colunas menos 1, como mostra a fórmula abaixo:

$$n = \text{Min} \{(l-1), (c-1)\} \quad (7)$$

Sendo que: l = número de linhas da tabela de contingência

c = número de colunas da tabela de contingência.

Em geral, utilizam-se apenas duas dimensões, de maneira a visualizar a associação entre as categorias num plano, desde que não ocorra perda substancial de informação. O critério de seleção das dimensões é o autovalor (*eigenvalue*), já que, quanto maior o autovalor de uma dimensão, maior seu poder explicativo sobre a variância total.

A normalização simétrica foi utilizada em todas as análises de correspondência do trabalho, por propiciar a visualização da relação entre as linhas e colunas, que representam as variáveis sob análise, de forma simultânea.

A associação entre as categorias, das diferentes variáveis, é representada pela proximidade no mapa perceptual. Também é possível analisar as categorias individualmente, a partir da projeção das demais categorias sobre uma reta que ligue seu ponto característico à origem dos eixos no mapa perceptual (FÁVERO *et al.*, 2006, p. 191).

No âmbito da FEA - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, alguns trabalhos já utilizaram a ANACOR. Lima (2007) aplicou a técnica para comparar as associações entre o nível de *disclosure* voluntário das empresas com seu custo de capital de terceiros. Paiva (2006), ao estudar os determinantes do preço de emissão primária de debêntures, utilizou a ANACOR para identificar associações entre atributos de maturidade, risco de crédito e indexadores. Fávero *et al.* (2006) aplicaram a ANACOR para comparar associações entre perfis sociodemográficos e a utilização de diferentes formas de pagamento. Além deles, Nogueira (2003) e Frezatti (2001) também utilizaram a análise de correspondência nos seus trabalhos de dissertação e tese de livre-docência, respectivamente.

A ANACOR também é utilizada em outras áreas científicas. Batista, Escuder e Pereira (2004) usaram-na para identificar associações entre causas de óbito e cor/raça dos indivíduos. Aliaga (1999) avaliou a difusão e utilização da técnica entre as diversas disciplinas, mais especificamente nas pesquisas voltadas à educação.

No quadro 2 estão explicitadas as variáveis utilizadas na pesquisa e suas respectivas categorias.

Quadro 2 – Variáveis e respectivas categorias

Variável	Categorias
Rentabilidade	Baixa, média, alta e muito alta
Origem de capital	Público, privado nacional e estrangeiro
Tamanho	Pequeno, médio, grande e muito grande
Nível de operações de crédito	Baixo, médio, alto e muito alto
Período	1º, 2º e 3º

3.4.2 Análise de Homogeneidade - *HOMALS*

Segundo Figueira (2003), a análise de homogeneidade, também conhecida como *HOMALS*, ou análise de correspondência múltipla, analisa a relação de homogeneidade entre as variáveis (das colunas e das linhas) em duas dimensões, produzindo gráficos correspondentes.

Enquanto na ANACOR se visualizam as associações entre as categorias de apenas duas variáveis, na *HOMALS* é possível visualizar as associações entre as categorias de mais de duas variáveis.

Segundo Pestana e Gageiro (2000, p. 368), “A *HOMALS* transforma os dados qualitativos associando-lhes quantificações óptimas (scores) que permitem não só a sua representação gráfica, bem como a maior separação entre as categorias.”

Através dos valores próprios (*eigenvalues*) é possível identificar as dimensões que mais explicam a variabilidade das informações, as quais serão selecionadas para construção da representação gráfica. Por sua vez, as variáveis podem contribuir diferentemente para a definição das dimensões, sendo privilegiadas aquelas com maior contribuição nas dimensões selecionadas, como as que se situarem mais afastadas da origem do gráfico (PESTANA; GAGEIRO, 2000, p. 371).

Definidas as variáveis que serão analisadas, passa-se a avaliar a distância entre suas categorias no gráfico, sendo que a proximidade entre categorias de variáveis diferentes indica relações de associação e, seu distanciamento, relações de oposição.

Encontraram-se diversos trabalhos que aplicaram a *HOMALS*, mas todos na área de saúde. Mota *et al.* (2007) utilizaram a técnica para investigar as relações entre o tipo de violência doméstica sofrida pelas mulheres e as condições sociodemográficas das vítimas e dos agressores; Rezende *et al.* (2004) utilizaram a *HOMALS* para relacionar as causas de óbito com o sexo e a idade dos indivíduos; Dalgallarrondo *et al.* (2005) aplicaram a *HOMALS* para verificar correspondências entre afiliações religiosas, saúde mental e uso de drogas e álcool entre estudantes.

As análises e os testes estatísticos foram realizados com a utilização dos softwares EXCEL e SPSS²⁴ versão 15.0.

²⁴ *Statistical Package for the Social Sciences.*

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Os resultados dos testes estatísticos e as respectivas análises são apresentados nas seções seguintes.

4.1 Primeiro período (1996 – 1998)

Tabela 4 – Tabela de contingência entre rentabilidade e demais variáveis no 1º período²⁵

Tabela 4 – Tabela de contingência entre Rentabilidade e demais variáveis no 1º período									
Variáveis e categorias	N	Rentabilidade				Graus de Liberdade	χ^2	p-value	
		Baixa	Média	Alta	Muito alta				
Origem de capital									
<i>Público</i>	27 (16%)	19 (45%)	5 (12%)	1 (2%)	2 (5%)	6	43	0,00	
<i>Privado Nacional</i>	104 (62%)	15 (36%)	24 (57%)	30 (72%)	35 (83%)				
<i>Estrangeiro</i>	37 (22%)	8 (19%)	13 (31%)	11 (26%)	5 (12%)				
Tamanho									
<i>Pequeno</i>	42 (25%)	11 (26%)	11 (26%)	13 (31%)	7 (17%)	9	12	0,21	
<i>Médio</i>	42 (25%)	11 (26%)	10 (24%)	7 (17%)	14 (33%)				
<i>Grande</i>	42 (25%)	7 (17%)	12 (29%)	8 (19%)	15 (36%)				
<i>Muito grande</i>	42 (25%)	13 (31%)	9 (21%)	14 (33%)	6 (14%)				
NOC									
<i>Baixo</i>	42 (25%)	10 (24%)	11 (26%)	9 (22%)	12 (29%)	9	2	0,99	
<i>Médio</i>	42 (25%)	12 (29%)	9 (21%)	11 (26%)	10 (24%)				
<i>Alto</i>	42 (25%)	9 (21%)	10 (24%)	11 (26%)	12 (29%)				
<i>Muito alto</i>	42 (25%)	11 (26%)	12 (29%)	11 (26%)	8 (19%)				

A tabela 4 ilustra o contingenciamento entre a rentabilidade e as demais variáveis, assim como os resultados dos respectivos testes qui-quadrado. Observa-se a existência de associação entre a rentabilidade e a origem de capital, ou seja, pode-se assumir que elas não se combinam aleatoriamente a um nível de significância de 1%. Por outro lado, não foi identificada associação entre os pares de variáveis rentabilidade x tamanho e rentabilidade x NOC, a um nível de significância de 10%.

²⁵ Salienta-se que todos os pressupostos de robustez do teste qui-quadrado foram observados para os três pares de variáveis.

A maior parte dos bancos, 62% do total, é de capital privado nacional, enquanto os estrangeiros representam 22% e os públicos 16% do total. Os bancos de capital público apresentam um alto percentual de participação na categoria de rentabilidade mais baixa, 45%, e um percentual irrisório nas categorias de rentabilidade mais altas, respectivamente 2% e 5% nas categorias alta e muito alta. Por outro lado, os bancos privados nacionais demonstram maior concentração justamente nas categorias de rentabilidade mais altas, respectivamente, 83% e 72% nas categorias muito alta e alta. Os bancos estrangeiros, por sua vez, são mais representativos nas categorias intermediárias, média e alta, com respectivamente 31% e 26% de participação.

Como apenas uma variável apresentou associação não aleatória com a rentabilidade, somente a ANACOR será aplicada, já que a *HOMALS* demanda a utilização de, no mínimo, três variáveis.

Ilustração 1 – Mapa perceptual da ANACOR entre rentabilidade e origem de capital²⁶

Legenda:

- Origem de capital
- Rentabilidade

²⁶ Como a variável origem de capital possui três categorias, o número de dimensões formado será de duas (número mínimo de categorias menos 1), o que garante que 100% da variância dos dados estará representada no plano, sem perda de informação original.

A partir da ilustração anterior, observam-se três grupos de categorias distintos, bancos com baixa rentabilidade, localizado no quadrante superior esquerdo, caracterizando-se por apresentar capital público; instituições de rentabilidade média, caracterizadas pelo capital estrangeiro; e bancos com rentabilidades mais elevadas, alta e muito alta, próximas ao controle privado nacional.

Salienta-se que este foi um período delicado para o setor bancário. A implementação do Plano Real acarretou mudanças no SFN, principalmente com a redução drástica da receita inflacionária, uma das principais fontes de receita das instituições financeiras até aquele momento. Os bancos costumavam captar recursos de seus clientes, muitas vezes não os remunerando, como no caso dos depósitos à vista, ou pagavam taxas inferiores às que recebiam, aplicando-os em títulos públicos. O lucro gerado por essas operações era o chamado *float*.

Os bancos públicos, além dos problemas advindos com o fim das receitas inflacionárias, apresentavam características particulares, que agravavam ainda mais sua situação, mas que justificam sua associação com a categoria de rentabilidade baixa.

Entre os principais problemas destacavam-se as freqüentes mudanças administrativas decorrentes de motivos políticos; as deficiências técnicas em vários níveis e problemas de controles internos; os custos fixos incompatíveis com sua *performance*; um volume alto de empréstimos concedidos aos respectivos governos estaduais; um volume expressivo de empréstimos e ativos de baixa liquidez e/ou rentabilidade, que eram contabilizados pelo valor nominal; e altos volumes de créditos tributários registrados no ativo, mas com reduzidas chances de serem realizados no futuro (MAIA; PÉRES, 2001, p. 158).

Os bancos estrangeiros, até meados da década de 90, devido a restrições legais, se limitavam a explorar nichos específicos do mercado financeiro, como atender firmas multinacionais, cujas sedes eram em seus países de origem, e a gerenciar fundos de investimento destinados a clientes de alta renda (CARVALHO, 2000, p. 136).

Adicionalmente, durante o 1º período ocorreu um aumento da participação estrangeira no SFN, tanto em número de instituições, de 25 em 12/1995 para 35 em 12/1998, como no total

de ativos, de 7% em 12/1995 para 17%, em 12/1998 (vide tabelas 2 e 3).²⁷ Segundo Maia (1999, p.118), esse processo começou com o aumento da participação nos bancos em que eles já detinham participação minoritária; e prosseguiu com a abertura de novas instituições ou aquisição de bancos já existentes.²⁸

A falta de conhecimento acerca do mercado doméstico, seja por impedimentos legais, seja pelo início de atuação num novo país, pode ter impactado a *performance* dos bancos estrangeiros, além de constituir uma desvantagem em relação às instituições privadas nacionais.

Outro fator que pode justificar a *performance* inferior dos bancos estrangeiros em relação aos privados nacionais é uma possível transferência de lucros entre filial e matriz, ou filial e paraísos fiscais de maneira a reduzir suas despesas com impostos. Demirgüç-Kunt e Huizinga (2001) utilizaram dados de bancos de mais de 80 países entre 1988 e 1995 para avaliar a taxa de bancos de propriedade doméstica e estrangeira. Os autores verificaram que os impostos pagos pelos bancos estrangeiros crescem relativamente pouco com a taxa local, o que os levou a sugerir a prática de transferência de lucros.

²⁷ A Constituição de 1988 dificultava a entrada de novos bancos estrangeiros no Brasil. No entanto, o artigo 52 das Disposições Constitucionais Transitórias permitia o acesso das instituições estrangeiras em três situações: interesse nacional, reciprocidade a algum outro país, ou em decorrência de acordos internacionais. Segundo Corazza e Oliveira (2006), a entrada dos bancos estrangeiros ocorreu através da justificativa de que se tratava de uma situação de interesse nacional.

²⁸ Com a implantação do Plano Real e a perspectiva de um ambiente econômico mais estável ocorreu um aumento do interesse de investidores estrangeiros pelo Brasil. Com relação ao setor financeiro, outros fatores também contribuíram para a entrada de empresas estrangeiras, entre elas a possibilidade de adquirir instituições bem estabelecidas a um valor convidativo, a abertura do mercado de capitais, o programa de privatização e a perspectiva de lucros na área de *project finance* para os investimentos em infra-estrutura (MAIA, 1999, p. 120).

4.2 Segundo Período (1999 – 2002)

Tabela 5 – Tabela de contingência entre rentabilidade e demais variáveis no 2º período ²⁹

Variáveis e categorias		Rentabilidade				Graus de liberdade	X²	p-value
		N	Baixa	Média	Alta			
Origem de capital								
<i>Público</i>	20 (12%)	8 (20%)	5 (12%)	6 (15%)	1 (2%)	6	13	0,04
<i>Privado Nacional</i>	83 (52%)	18 (45%)	24 (60%)	24 (60%)	17 (43%)			
<i>Estrangeiro</i>	57 (36%)	14 (35%)	11 (28%)	10 (25%)	22 (55%)			
Tamanho								
<i>Pequeno</i>	40 (25%)	17 (43%)	11 (28%)	7 (18%)	5 (12%)	9	14	0,13
<i>Médio</i>	40 (25%)	10 (25%)	9 (22%)	11 (27%)	10 (25%)			
<i>Grande</i>	40 (25%)	5 (12%)	12 (30%)	11 (27%)	12 (30%)			
<i>Muito grande</i>	40 (25%)	8 (20%)	8 (20%)	11 (27%)	13 (33%)			
NOC								
<i>Baixo</i>	40 (25%)	16 (40%)	5 (12%)	8 (20%)	11 (27%)	9	17	0,05
<i>Médio</i>	40 (25%)	6 (15%)	13 (33%)	10 (25%)	11 (27%)			
<i>Alto</i>	40 (25%)	11 (28%)	6 (15%)	12 (30%)	11 (27%)			
<i>Muito alto</i>	40 (25%)	7 (17%)	16 (40%)	10 (25%)	7 (18%)			

Na tabela 5, os resultados do teste qui-quadrado indicam a existência de associações entre as variáveis. Tomando-se um nível de significância de 10%, verifica-se que a rentabilidade apresenta associação, ou seja, não se combina aleatoriamente, com a origem de capital e o NOC, com *p-values* de, respectivamente, 4% e 5%.

A tabela 5 mostra que a maior parte dos bancos, 52% do total, continua sendo de capital privado nacional, enquanto os estrangeiros representam agora 36% do total e os públicos, 12% do total.

Os bancos públicos continuam a apresentar maior representatividade na categoria de rentabilidade baixa, 20%, mas esse índice é inferior aos 45% do período anterior. Por outro

²⁹ Salienta-se que os pressupostos de robustez do teste qui-quadrado foram observados para os três pares de variáveis.

lado, ocorreu um aumento da participação dos públicos na categoria de rentabilidade alta, 15% no 2º período contra 2% no 1º período. Os bancos privados nacionais demonstram maior participação nas categorias de rentabilidade intermediárias, média e alta, 60% em ambas. Os bancos estrangeiros, por sua vez, representam, agora, 55% dos bancos de rentabilidade muito alta.

Concernente ao NOC, os bancos de NOC baixo encontram-se mais concentrados na categoria de rentabilidade baixa, na qual representam 40% do total; os de NOC médio, na de rentabilidade média, com 33% do total; os de NOC alto na rentabilidade alta, com 30%; e os de NOC muito alto novamente na rentabilidade média, com 40% do total.

Ilustração 2 – Mapa perceptual da *Homals* no 2º período

Legenda:

■ Origem de capital

● Rentabilidade

▲ NOC

Ilustração 3 – Mapa perceptual da ANACOR entre a rentabilidade e a origem de capital no 2º período³⁰

Legenda:

- Origem de capital
- Rentabilidade

Ilustração 4 – Mapa perceptual da ANACOR entre a rentabilidade e o NOC no 2º período³¹

Legenda:

- ▲ NOC
- Rentabilidade

³⁰ Como a variável origem de capital possui três categorias, o número de dimensões formado será de duas (número mínimo de categorias menos 1), o que garante que 100% de inércia acumulada total estará representada no plano, sem perda de informação original.

³¹ Construiu-se o mapa perceptual entre a rentabilidade e o NOC com apenas duas, das três dimensões existentes, já que, juntas, as duas representam quase a totalidade, 97%, da variância dos dados, além de facilitar a interpretação das informações.

Na ilustração 2, a *HOMALS* separa as categorias em três grupos. No quadrante superior direito se encontram os bancos estrangeiros, o NOC baixo e as rentabilidades baixa e muito alta; mais abaixo, os bancos públicos e o NOC médio; e, por fim, de forma mais dispersa, o capital privado nacional, as rentabilidades intermediárias, alta e média, e os NOCs mais elevados, alto e muito alto.

A ilustração 3, que só contempla as variáveis rentabilidade e origem de capital, retrata o capital estrangeiro junto à rentabilidade muito alta; os bancos privados nacionais mais próximos às rentabilidades intermediárias; e, só agora, os bancos públicos vizinhos à rentabilidade baixa.

Por sua vez, na ilustração 4, na qual estão presentes as variáveis rentabilidade e NOC, também se destacam três grupos: rentabilidade e NOC baixa, no quadrante superior esquerdo; rentabilidade média e NOC muito alto, no quadrante ao lado; e, finalmente, rentabilidades alta e muito alta junto ao NOC alto.

Verifica-se, na ilustração 4, que a categoria de NOC baixo encontra-se próxima à categoria de rentabilidade baixa, idem para a categoria de NOC alto e as categorias de rentabilidade mais elevadas. No entanto, torna-se frágil supor que as categorias de NOC mais elevadas tendam a se associar às categorias de rentabilidade mais altas, já que o NOC muito alto caracteriza-se pela rentabilidade média.

A ausência de uma tendência definida entre as variáveis NOC e rentabilidade pode estar relacionada à influência de outros produtos na rentabilidade das instituições, como os títulos públicos federais e as receitas de prestação de serviços. Adicionalmente, para alguns bancos, como os de tesouraria que se dedicam à negociação de títulos públicos, as operações de crédito não são o foco de sua atuação, apesar de eles apresentarem uma carteira comercial.

Salienta-se que no 2º período ocorreu uma variação cambial significativa, quando o dólar americano apresentou apreciação de 192% em relação ao real. Tal variação deve ter auxiliado os bancos estrangeiros, que costumam realizar *hedge* de seu capital em moeda estrangeira, a apresentar um bom resultado, superando os privados nacionais.³²

³² A cotação de compra do dólar americano em relação ao real no último dia útil de 1998 e de 2002 foi de, respectivamente, 1,2079 e 3,5325. Fonte: <<http://www5.bcb.gov.br/?TXCAMBIO>>.

Além disso, nesse período, ao contrário do anterior, a maioria dos bancos estrangeiros já estava estabelecida havia alguns anos no país, o que permitiu aprofundar o conhecimento do mercado local, e reduzir a desvantagem em relação aos privados nacionais neste quesito.

Por sua vez, os bancos de capital público já não se encontram tão próximos à categoria de rentabilidade baixa, como no período anterior. Essa melhora pode ter sido provocada pelo saneamento dessas instituições, promovido pelo Governo Federal, através do PROES - Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária e do PROEF - Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais.

O PROES foi criado justamente para reduzir a presença de instituições financeiras controladas pelos governos estaduais no sistema financeiro. O principal instrumento do programa era a concessão de linhas de financiamento do governo federal aos estados, para que fosse tomada uma das seguintes medidas em relação aos bancos estaduais: extinção, privatização, transformação em agência de fomento (instituição não financeira), aquisição do controle pelo governo federal, com o intuito de privatizá-lo, e saneamento. Se a opção fosse pelo saneamento, sem mudança de controle, o governo federal financiaria apenas 50% dos recursos, e o valor restante ficaria a cargo do estado (SALVIANO, 2004, p.84/86).

Os bancos públicos federais, assim como os estaduais, também apresentavam problemas financeiros. Em 1996, o governo federal, por meio do tesouro nacional, fez um aporte de capital de R\$ 8 bilhões no Banco do Brasil, para compensar a baixa de operações de sua carteira de crédito (BNDES, 1999, p. 431). Todavia, outras instituições federais apresentavam o mesmo problema, operações de crédito de baixa qualidade registradas em seu ativo. O governo federal criou então o PROEF, que previa o saneamento e a capitalização dos bancos públicos federais.³³

³³ Segundo Andrezo e Lima (2007, p. 219), o PROEF previa a capitalização de R\$9,3 bilhões da Caixa Econômica Federal - CEF, R\$2,1 bilhões do Banco do Nordeste do Brasil - BNB e R\$1,0 bilhão do Banco da Amazônia - BASA.

Quadro 3 – Relação de bancos públicos classificados na rentabilidade baixa no 1º Período e sua respectiva classificação no 2º período.

Programa	Opção	Categoria de rentabilidade no 2º período	Bancos
PROES	Liquidação / Privatização	Ausente	BANER
			BANAP
			BEMAT
			BANDEPE
			BEMGE
			CREDIREAL
	Saneamento	Muito alta	BEC
		Alta	BEG
			BANESE
			BANRISUL
		Média	BANEB
			BANESTADO
			BANESTES
		Baixa	BEM
			MERIDIONAL
			BEPI
			BESC
			BANPARA
PROEF	Saneamento	Média	BB

O quadro 3 ilustra o efeito, tanto do PROES como do PROEF, na rentabilidade dos bancos públicos. Foram seleccionados apenas os bancos públicos classificados na categoria de menor rentabilidade, a baixa, no 1º período. Observa-se que 6 bancos, de um total de 19, não estão presentes no 2º período, pois foram ou liquidados ou privatizados. Quanto aos demais, 5 ainda permanecem classificados na categoria de rentabilidade baixa, 4 encontram-se na média, 3 na alta e 1 na muito alta.

4.3 Terceiro período (2003 – 2006)

Tabela 6 – Tabela de contingência entre rentabilidade e demais variáveis no 3º período³⁴

Variáveis e categorias		N	Rentabilidade				Graus de liber- dade	X²	p- value
			Baixa	Média	Alta	Muito alta			
Origem de capital									
<i>Público</i>	14 (12%)	0 (0%)	5 (17%)	2 (7%)	7 (23%)	6	39	0,00	
<i>Privado Nacional</i>	63 (52%)	6 (20%)	17 (57%)	22 (73%)	18 (60%)				
<i>Estrangeiro</i>	43 (36%)	24 (80%)	8 (27%)	6 (20%)	5 (17%)				
Tamanho									
<i>Pequeno</i>	30 (25%)	11 (37%)	8 (27%)	6 (20%)	5 (17%)	9	11	0,26	
<i>Médio</i>	30 (25%)	9 (30%)	7 (23%)	5 (17%)	9 (30%)				
<i>Grande</i>	30 (25%)	8 (27%)	6 (20%)	10 (33%)	6 (20%)				
<i>Muito grande</i>	30 (25%)	2 (7%)	9 (30%)	9 (30%)	10 (33%)				
NOC									
<i>Baixo</i>	30 (25%)	7 (23%)	9 (30%)	5 (17%)	9 (30%)	9	18	0,04	
<i>Médio</i>	30 (25%)	12 (40%)	8 (27%)	2 (7%)	8 (27%)				
<i>Alto</i>	30 (25%)	6 (20%)	6 (20%)	14 (47%)	4 (13%)				
<i>Muito alto</i>	30 (25%)	5 (17%)	7 (23%)	9 (30%)	9 (30%)				

De acordo com a tabela 6, a origem de capital e o NOC não se mostraram independentes em relação à rentabilidade, a um nível de significância de 10%, com *p-values* de, respectivamente, 0% e 4%.

A tabela supra mostra também que os diferentes tipos de controle mantiveram suas participações, em relação ao período anterior, com 52%, 36% e 12% do total dos bancos controlados, respectivamente, pelo capital privado nacional, estrangeiro e público.

Os bancos de capital público aparecem, nesse período, concentrados na categoria de rentabilidade muito alta, na qual representam 23% do total, e sem qualquer representatividade na rentabilidade baixa. Os bancos de controle privado nacional mostram-se mais concentrados

³⁴ Salienta-se que um dos pressupostos de robustez do teste qui-quadrado, apresentar no mínimo 80% dos Eij maiores ou iguais a 5, não foi atendido para a variável origem de capital. Para as demais variáveis todos os pressupostos foram atendidos. Ressalta-se que o Eij refere-se aos valores esperados de cada célula da tabela de contingência.

na categoria de rentabilidade alta, 73% do total; enquanto os bancos de controle estrangeiro representam, nesse momento, 80% da categoria de rentabilidade baixa.

Concernente ao NOC, os bancos da categoria baixo apresentam maior concentração nas categorias de rentabilidade média e muito alta, nas quais respondem por 30% do total; os da categoria médio aparecem mais concentrados na categoria de rentabilidade baixa, na qual representam 40% do total; os da categoria alto estão mais concentrados na categoria de rentabilidade alta, na qual representam 47% do total; enquanto os da categoria muito alto aparecem com maior densidade nas categorias de rentabilidade mais elevadas, alto e muito alto, com 30% de participação em cada uma.

Ilustração 5 – Mapa perceptual da *Homals* no 3º período

Legenda:

■ Origem de capital

● Rentabilidade

▲ NOC

Ilustração 6 – Mapa perceptual da ANACOR entre rentabilidade e origem de capital no 3º período³⁵

Legenda:

- Origem de capital
- Rentabilidade

Ilustração 7 – Mapa perceptual da ANACOR entre rentabilidade e NOC no 3º período³⁶

Legenda:

- ▲ NOC
- Rentabilidade

³⁵ Como a variável origem de capital possui três categorias, o número de dimensões formado será de duas (número mínimo de categorias menos 1), o que garante que 100% de inércia acumulada total estará representada no plano, sem perda de informação original.

³⁶ Como a variável NOC apresenta quatro categorias, o número de dimensões formado na ANACOR é de três, o que implica em perda de informação quando o mapa perceptual é construído no plano. Nesse caso, a dimensão omitida responde por apenas 1% da variabilidade dos dados, sendo, portanto, conveniente utilizar apenas duas dimensões.

Na *HOMALS* da ilustração 5, verificam-se dois agrupamentos de categorias mais compactos, o primeiro formado pela rentabilidade baixa e o capital estrangeiro, no quadrante inferior esquerdo; e o segundo, no quadrante ao lado, composto pela rentabilidade alta, o capital privado nacional e os NOCs alto e muito alto.

Na ilustração 6, a rentabilidade baixa e o capital estrangeiro encontram-se ainda mais isolados das demais categorias, que praticamente formam um outro agrupamento. Por sua vez, na ilustração 7, podem ser identificados três grupos de categorias, a rentabilidade alta e o NOC alto, no quadrante inferior esquerdo; a rentabilidade baixa e o NOC médio, no quadrante ao lado; e, logo acima, as rentabilidades média e muito alta junto ao NOC baixo.

Observa-se que os bancos estrangeiros, que no período anterior se caracterizavam por apresentar as rentabilidades mais elevadas, agora estão associados à categoria de rentabilidade mais baixa. Essa variação reforça a provável influência da taxa de câmbio em sua *performance*, quando, no presente período, ao contrário do anterior, ocorreu uma depreciação do dólar em relação ao real de 40%.³⁷

Por outro lado, os bancos públicos, que nos períodos anteriores se caracterizavam pela rentabilidade baixa, demonstram, no presente período, maior proximidade com a categoria de rentabilidade mais elevada.

³⁷ A cotação de compra do dólar americano em relação ao real no último dia útil de 2002 e de 2006 foi de respectivamente, 3,5325 e 2,1320. Fonte: <<http://www5.bcb.gov.br/?TXCAMBIO>>.

Quadro 4 – Relação de bancos públicos classificados na rentabilidade baixa no 1º período e sua classificação no 3º período

Programa	Opção	Categoria de rentabilidade no 3º período	Bancos
PROES	Liquidação / Privatização	Ausente	BANER
			BANAP
			BEMAT
			BANDEPE
			BANEB
			BANESTADO
			BEG
			BEMGE
			CREDIREAL
			MERIDIONAL
PROEF	Saneamento	Muito alta	BANESE
			BANESTES
			BANRISUL
			BEC
		Alta	BEPI
			BESC
		Média	BANPARA
			BEM
PROEF	Saneamento	Muito alta	BB

O quadro supra ilustra o efeito do PROES e do PROEF na rentabilidade dos bancos públicos. No quadro 4 constam apenas os bancos públicos classificados, no 1º período, na categoria de menor rentabilidade, a baixa. Observa-se que a maioria deles, 10 de um total de 19, não estão presentes no último período, porque foram liquidados ou privatizados. Os demais bancos foram saneados, sendo que 5 foram classificados, no terceiro período, na categoria de rentabilidade muito alta, 2 na alta e 2 na média.

Todavia, o fato de os bancos públicos apresentarem associação a uma categoria de rentabilidade superior aos estrangeiros contradiz a literatura pesquisada. Salienta-se que as pesquisas anteriores, que trataram do assunto, ou não abrangeram os anos mais recentes, ou utilizaram uma amostra menor de instituições, o que provavelmente as impossibilitou de identificar os efeitos dos planos de estabilização.

Por sua vez, os mapas perceptuais gerados pela *HOMALS* no 2º e no 3º período, ilustrações 2 e 5, respectivamente, mostram uma proximidade entre os níveis mais elevados de NOC, alto e muito alto, com os bancos de capital privado nacional; enquanto os bancos de capital público e estrangeiro postaram-se mais próximos aos NOCs baixo e médio.

No 3º período, o ambiente econômico tornou-se mais propício ao desenvolvimento das operações de crédito, como mostram alguns indicadores, como a queda da taxa selic, que reduz a rentabilidade de um dos maiores concorrentes das operações de crédito, os títulos públicos federais; e a redução da taxa de inadimplência consolidada do SFN.³⁸

No plano microeconômico, destaca-se, como fator motivador das operações de crédito, a criação dos empréstimos consignados em folha de pagamento, principalmente a aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, através da Lei 10.820, de 17 de dezembro de 2003. Desde sua criação, o volume de empréstimos concedidos tem crescido rapidamente.³⁹ Os bancos de menor porte foram os primeiros a explorar esse nicho, sendo freqüente a prática da venda de suas carteiras para bancos de maior porte, como forma de captar recursos para continuar a conceder crédito.

No entanto, apesar da formação de um ambiente mais favorável ao desenvolvimento das operações de crédito, destacados nos dois últimos parágrafos, não foi identificado, no mapa perceptual da ilustração 7, uma tendência de associação entre as categorias mais altas de NOC e de rentabilidade.

4.4 Período completo

Neste item, os dados de rentabilidade média de todos os períodos anteriores foram compilados, sendo possível comparar a rentabilidade dos três períodos, denominados, respectivamente, 1º, 2º e 3º.

³⁸ A taxa selic acumulada no 2º período foi de 106%, contra 96% do 3º período, e a taxa de inadimplência do SFN passou de 6,5% em 12/2002 para 3,5% em 12/2006. Segundo critério do Bacen, um crédito é considerado inadimplente quando apresenta parcelas em atraso há mais de 90 dias. (Fonte: <http://www.bcb.gov.br/>).

³⁹ O saldo de operações de crédito consignado em folha de pagamento para o setor privado e para aposentados e pensionistas do INSS passou de R\$6,5 bilhões em janeiro/04 para R\$21,2 bilhões em setembro/05 (Fonte: www.bcb.gov.br).

Tabela 7 – Tabela de contingência entre rentabilidade e a variável período⁴⁰

Variáveis e categorias	N	Rentabilidade				Graus de liberdade	X ²	p-value
		Baixa	Média	Alta	Muito alta			
Período								
1 ^o	168 (37%)	54 (48%)	45 (40%)	38 (34%)	31 (28%)			
2 ^o	160 (36%)	34 (30%)	38 (34%)	39 (35%)	49 (44%)	6	12	0,06
3 ^o	120 (27%)	24 (22%)	29 (26%)	35 (31%)	32 (28%)			

Na tabela anterior, as categorias 1^o, 2^o e 3^o respondem respectivamente por 37%, 36% e 27% do total de elementos. Verifica-se também que a nova variável, período, com *p-value* de 6%, não se mostrou independente em relação à rentabilidade a um nível de 10% de significância.

Observa-se que o 1^o período encontra-se mais presente na categoria de rentabilidade baixa, na qual responde por 48% dos elementos, mas sua participação cai com o aumento dos níveis de rentabilidade. Por outro lado, no 2^o período ocorre o contrário, sua participação cresce com o aumento dos níveis de rentabilidade. Por sua vez, o 3^o período encontra-se mais presente nas categorias de rentabilidade mais elevadas, alta e muito alta, com respectivamente 31% e 28% do total.

⁴⁰ Salienta-se que os pressupostos de robustez do teste qui-quadrado foram observados para os três pares de variáveis.

Ilustração 8 – Mapa perceptual da ANACOR entre a rentabilidade e os períodos.⁴¹

Legenda:

◆ Período

● Rentabilidade

Na ilustração 8, é possível distinguir três grupos, o primeiro, mais afastado dos demais, composto pela rentabilidade baixa e o 1º período; o segundo, no quadrante superior direito, formado pela rentabilidade alta e o 3º período; e o terceiro, logo abaixo, composto pela rentabilidade muito alta e o 2º período.

Os motivos que levaram o 1º período a caracterizar-se com a rentabilidade baixa podem estar associados não apenas às inovações e avanços tecnológicos e gerenciais ocorridos no decorrer dos anos, mas também à implantação do Plano Real e suas conseqüências imediatas ao SFN. Segundo Carvalho (1998, p. 304), com o Plano Real a participação do setor bancário no Produto Interno Bruto - PIB caiu de uma média de 12,7% entre 1990-94, para 6,9% em 1995.⁴²

⁴¹ Como a variável período possui três categorias, o número de dimensões formado será de duas (número mínimo de categorias menos 1), o que garante que 100% de inércia acumulada total estará representada no plano, sem perda de informação original.

⁴² O Plano Real foi implantado com o principal objetivo de reduzir a inflação, e estava apoiada em três âncoras econômicas: a cambial, a monetária e a fiscal. A cambial estava baseada na paridade do real em relação ao dólar, o que representou uma valorização do real frente à moeda estrangeira e uma redução de preço dos produtos importados, o que auxilia no controle dos preços internos. A monetária consistia na diminuição da liquidez monetária, através do aumento dos juros internos, do controle da emissão de moeda, da alta taxa de recolhimento compulsório no Bacen, entre outras medidas. A âncora fiscal referia-se ao equilíbrio das contas públicas, via

Concomitante a isto, houve uma redução drástica da receita inflacionária. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, a receita inflacionária caiu de cerca de 40% da receita de intermediação financeira nos primeiros anos da década de 90, para menos de 1% em 1995 (MAIA, 2003, p. 3).

Tabela 8 – Receita inflacionária dos bancos no início dos anos 90

Ano	% PIB	% Receita Intermediação Financeira
1990	4,0	35,7
1991	3,9	41,3
1992	4,0	41,9
1993	4,2	35,3
1994	2,0	20,4
1995	0,0	0,6

FONTE: ANDIMA/IBGE: Sistema Financeiro: uma análise a partir das contas nacionais -1990/1995 (1997) *apud* MAIA, 2003, p.3

Desta maneira, os bancos adotaram outras medidas para compensar essa perda de receita, como o fechamento de agências, a redução do quadro de funcionários e o aumento dos empréstimos, que foram apoiados pelo aumento dos depósitos bancários, também como consequência do fim do regime inflacionário⁴³ (MAIA, 1999, p. 108).

No entanto nem todos os bancos conseguiram realizar essa transição de maneira satisfatória. Com a alteração do ambiente financeiro, aliado às crises externas, como a mexicana em 1995, algumas instituições passaram a enfrentar dificuldades, e o risco de uma crise sistêmica não estava descartado.

No segundo semestre de 1995, a confiança da sociedade no SFN foi abalada por uma conjunção de fatores, entre eles o aumento do volume dos créditos em atraso no SFN; a crise mexicana, e a intervenção no banco Econômico. Tal cenário foi determinante para que o Governo Federal adotasse medidas para fortalecer a confiança da sociedade no SFN.

As principais medidas tomadas foram: o aumento do poder do Bacen, para intervir nas instituições sob sua fiscalização; a criação do Fundo Garantidor de Crédito - FGC⁴⁴; a

aumento de receitas, como o Imposto Provisório sobre Movimentações Financeiras – IPMF, e o controle das despesas (ANDREZO; LIMA, 2007, p.197/198).

⁴³ Os depósitos a vista cresceram 165% nos seis primeiros meses do Plano Real.

⁴⁴ O FGC foi constituído e regulamentado em 1995 pelas resoluções do CMN nº 2197/95 e 2211/95. Este novo ente do SFN vinha suprir a falta de mecanismos de proteção aos depositantes e de assistência às instituições que

implantação de planos de saneamento do sistema financeiro, como o PROER - Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional⁴⁵ e o PROES; e a quebra das barreiras para o investimento estrangeiro no sistema financeiro (ROCHA, 2001, p. 12).

Tais medidas forçaram muitos bancos, tanto públicos como privados, a assumir perdas, o que significou a divulgação de resultados baixos, inclusive muitos prejuízos. Adicionalmente, os planos de saneamento do SFN, adotados pelo governo federal, acarretaram a liquidação, venda e/ou privatização de muitos bancos “problemáticos”. Tais mudanças contribuíram para melhorar a performance do grupo de bancos analisado no decorrer dos períodos, pela simples extinção de um banco com resultados ruins.

4.5 Resumo dos principais resultados

Os principais resultados encontrados com a aplicação dos testes estatísticos foram:

- Em relação à rentabilidade, a origem de capital das instituições não se apresentou homogênea em qualquer dos três períodos analisados, o que corrobora os resultados encontrados por diversos autores⁴⁶; mas o NOC e o tamanho mostraram-se homogêneos em relação à rentabilidade em, respectivamente, um e três períodos, o que também corrobora o resultado encontrado por alguns autores, que não identificaram relação estatisticamente significativa entre as duplas de variáveis.⁴⁷ A partir desses resultados rejeita-se a hipótese geral formulada: **os bancos apresentam rentabilidade não uniforme quando classificados por tamanho, origem de capital ou NOC.**

enfrentavam dificuldades com a implantação do Plano Real, além de mitigar o risco de uma crise sistêmica. (ANDREZO; LIMA, 2007, p. 213).

⁴⁵ O PROER foi instituído em 1995, com a edição da Resolução nº 2208, pelo Conselho Monetário Nacional, e da Medida Provisória nº 1179, posteriormente convertida na Lei nº 9710/98. Entre seus principais objetivos constam a proteção dos depósitos e a transferência do controle acionário dos bancos problemáticos, de maneira a penalizar políticas bancárias inadequadas. No caso dos grandes bancos, que consumiram a maior parte dos recursos, a instituição problemática era dividida em duas: o banco “bom” e o banco “ruim”. O banco “bom” era constituído dos depósitos do banco problemático e dos ativos que o banco adquirente escolhesse, e a diferença (passivos menos ativos) era coberta pelos recursos do Proer. Restavam ao banco “ruim” os ativos não selecionados pelo adquirente e a contrapartida dos recursos do Proer destinados ao banco “bom”. Após tal operação, o banco “bom” era vendido e o banco “ruim” era submetido a um processo de liquidação extrajudicial. (MAIA, 2003, p.4/6).

⁴⁶ Guimarães (2002), Demirgüç-Kunt e Huizinga (1999) e Claessens *et al.* (2001).

⁴⁷ Goldberg e Rai (1996), Kosmidou *et al.* (2006), Barth *et al.* (1997), Goddard *et al.* (2004), em relação a tamanho e rentabilidade, e Dermigüç-Kunt e Huizinga (2000) referente a NOC e rentabilidade.

- Verificou-se que a rentabilidade não apresentou comportamento uniforme no decorrer dos períodos de tempo. O 1º período mostrou-se associado à categoria de rentabilidade baixa, enquanto o 2º e 3º períodos caracterizaram-se pelas rentabilidades mais elevadas. O pior desempenho do 1º período em relação aos demais deve estar associado aos impactos imediatos provocados pela implantação do Plano Real nos bancos, principalmente a perda da receita inflacionária, além da influência dos planos de saneamento do SFN, como o PROER, PROES e PROEF. Todavia, aceita-se a hipótese secundária formulada: a rentabilidade do setor bancário apresenta comportamento não uniforme no intervalo de tempo da análise.
- Com relação à origem de capital, verificou-se que os bancos públicos apresentaram indícios de melhora de desempenho no decorrer dos períodos. No primeiro período, essa categoria esteve associada à categoria de rentabilidade baixa, assim como no segundo período, mas com menor intensidade do que no anterior. No terceiro período, as instituições públicas mostraram maior proximidade no mapa perceptual à categoria de rentabilidade muito alta. Essa melhora de desempenho deve estar associada, principalmente, aos planos de saneamento implementados pelo governo, o PROES e o PROEF, que liquidaram, sanearam e privatizaram boa parte dos bancos públicos.
- Por outro lado, os bancos estrangeiros caracterizaram-se pela rentabilidade média no 1º período, muito alta no 2º, e baixa no 3º, sendo que esta oscilação pode estar relacionada ao efeito da variação cambial. A *performance*, inferior aos bancos privados nacionais em dois dos três períodos, pode estar relacionada, além da variação cambial, a uma possível transferência de lucros entre a matriz e filiais ou entre filiais e paraísos fiscais, e a um menor conhecimento do mercado em relação às instituições domésticas. No 3º período, o desempenho inferior aos públicos, que se associaram à rentabilidade muito alta, contradiz a literatura pesquisada.
- Os bancos privados nacionais apresentaram menores oscilações que os demais ao longo dos períodos, caracterizando-se pela proximidade com as categorias de rentabilidade e NOC mais elevadas. Adicionalmente não foi identificada a deterioração do desempenho

das instituições privadas nacionais com o aumento da participação de mercado dos bancos estrangeiros, o que corrobora os resultados encontrados por Bitter (2003).

- As categorias de NOC mais alto não apresentaram tendência de se aproximar das categorias de rentabilidade mais altas, ou mais baixas, o que corrobora os resultados encontrados por Demirgüç-Kunt e Huizinga (2000), que não identificaram relação positiva ou negativa entre as duas variáveis. A influência de outras fontes importantes de receita no resultado dos bancos, como as aplicações em títulos públicos federais e receitas provenientes da prestação de serviços, pode ajudar a explicar tal resultado.

4.6 Limitações da pesquisa

- As técnicas estatísticas utilizadas no trabalho, ANACOR E *HOMALS*, são técnicas exploratórias, mas não confirmatórias, logo, os resultados obtidos não possuem um caráter preditivo, ou seja, os resultados não podem ser extrapolados para outros bancos, ou mesmo para os mesmos bancos em outros intervalos de tempo. Além disso, as associações identificadas no estudo não determinam relação de causalidade entre a rentabilidade e as demais variáveis, apenas apontam indícios de associação entre elas, que podem e devem ser investigadas em trabalhos posteriores.
- O âmbito do estudo se restringiu ao que o Bacen denominou “Consolidado bancário I”, o que exclui do trabalho bancos múltiplos sem carteira comercial, bancos de investimentos, bancos de desenvolvimento, que não integrem conglomerado e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen.⁴⁸

⁴⁸ As demais instituições correspondem às Sociedades de crédito, financiamento e investimento; Sociedades de crédito ao microempreendedor, Sociedades de crédito imobiliário, Associações de poupança e empréstimo, Sociedades de arrendamento mercantil, Sociedades Corretoras de títulos e valores mobiliários, Sociedades corretoras de câmbio, Sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários, Cooperativas de crédito e Administradoras de Consórcio.

5 CONCLUSÕES

5.1 Conclusões e considerações finais

Esta dissertação tem a intenção de analisar a uniformidade da rentabilidade dentro do setor bancário nacional e responder à seguinte questão: **Em que medida o tamanho, a origem de capital e o NOC impactam a uniformidade do retorno do setor bancário?**

Com a definição do problema de pesquisa, formulou-se uma hipótese geral, que é uma resposta provisória à questão levantada. A hipótese geral: **os bancos apresentam rentabilidade não uniforme quando classificados por tamanho, origem de capital ou NOC** foi rejeitada e está apresentada no capítulo anterior.

Apesar da hipótese geral ter sido rejeitada, não se pode considerar a rentabilidade entre os bancos homogênea, já que a rentabilidade apresentou comportamento não uniforme em relação ao NOC e à origem de capital em, respectivamente, dois e três períodos. Logo, quando se observa o segmento bancário de uma maneira uniforme, incorre-se no risco de adotar uma visão simplista da realidade.

Além da hipótese geral, formulou-se uma hipótese secundária, **a rentabilidade do setor bancário apresenta comportamento não uniforme no intervalo de tempo da análise**, que não foi rejeitada e também está apresentada no capítulo anterior.

Considera-se que o objetivo geral da pesquisa, **averiguar se a rentabilidade do setor bancário apresenta comportamento uniforme quando confrontado com atributos de tamanho, tipo de controle e nível de operações de crédito**, foi alcançado, assim como os objetivos específicos propostos.

Salienta-se que a consecução do objetivo específico, **avaliar as relações entre a rentabilidade e os demais atributos escolhidos, tamanho, origem de capital e NOC, e suas evoluções no decorrer do tempo**, propiciou a constatação de alguns resultados que podem vir a ser úteis na discussão de alguns aspectos do segmento bancário, quais sejam:

- A boa *performance* dos bancos públicos, no 3º período (2003-2006), contraria a literatura nacional pesquisada; fortalece a posição dos bancos estatais perante os adeptos de sua privatização; e fornece indícios do sucesso dos planos de saneamento implantados pelo governo, principalmente o PROES.
- O comportamento uniforme da rentabilidade perante a variável tamanho mitiga eventual preocupação por parte do governo e da sociedade, concernente ao aumento da concentração no setor. Tais inquietações seriam alimentadas por uma proximidade entre as categorias de maior tamanho com as rentabilidades mais elevadas.⁴⁹
- Não foi identificada uma tendência clara de associação entre as categorias mais elevadas de NOC e rentabilidade, apesar da redução das taxas de juros, dos índices de inadimplência e da criação das operações consignadas a pensionistas e aposentados do INSS. Tal constatação tende a mitigar a caracterização das instituições financeiras apenas como simples agentes de transferência de recursos dos agentes superavitários para os deficitários.
- A boa *performance* dos bancos privados nacionais, mesmo com o aumento do número e da participação de mercado das instituições estrangeiras, diminui eventuais preocupações com uma possível internacionalização do setor bancário brasileiro.

A variável tamanho se mostrou uniforme à rentabilidade em todos os períodos, logo o objetivo específico, **avaliar as relações entre as variáveis que se mostraram não homogêneas em relação à rentabilidade**, se restringiu apenas às variáveis NOC e origem de capital, em que foi possível constatar que:

- A proximidade dos bancos privados nacionais às categorias de NOC mais elevadas, alto e muito alto, fornece indícios de que ações adotadas pelo governo em relação às operações de crédito, seja para impulsioná-las (como a criação dos empréstimos consignados em folha de pagamento), seja para inibi-las (como o aumento do IOF – Imposto sobre Operações Financeiras) tendem a causar maior impacto nos bancos privados nacionais do que nos públicos e estrangeiros.

⁴⁹ Salienta-se que o setor já é considerado concentrado por muitos, o que motivaria a prática de elevados *spreads* pelas instituições.

5.2 Sugestões para pesquisas posteriores

Surge como oportunidade de pesquisa o estudo de outros atributos que merecem ser contrapostos à rentabilidade bancária, como os respectivos segmentos de atuação (bancos comerciais, de tesouraria, de varejo, entre outros), o nível de provisão de perdas, que fornece um indicador da exposição da instituição ao risco, a eficiência operacional; além de indicadores macroeconômicos, como a taxa de variação cambial, a taxa de juros, etc.

A identificação das causas da melhora da *performance* dos bancos de capital público merece maiores investigações, como o impacto dos planos de saneamento adotados pelo governo, da abertura de capital de alguns deles, de mudanças no contexto macroeconômico, entre outras.

A oscilação da rentabilidade dos bancos estrangeiros no decorrer dos períodos, assim como o baixo desempenho verificado no terceiro período, também carece de um maior entendimento, com ênfase para o impacto da variação cambial e de eventuais gerenciamentos tributários.

A aplicação de outras técnicas estatísticas, como a análise de regressão, a regressão de dados em painel, ou mesmo a utilização da ANACOR ou *HOMALS* com as informações semestrais ao invés das médias do período, é pertinente para corroborar os resultados alcançados neste estudo.

Os três períodos correspondem respectivamente ao primeiro mandato Fernando Henrique Cardoso, ao segundo mandato FHC e ao primeiro mandato Lula. Tal “coincidência” pode inspirar trabalhos que visem associar esses resultados às medidas tomadas em cada administração.

REFERÊNCIAS

ALIAGA, Francisco M. *Análisis de correspondencias: estudio bibliométrico sobre su uso en la investigación educativa*. **Revista Electrónica de Investigación y Evaluación Educativa**. v. 5, n. 1_1, 1999.

ANDREZO, Andréa Fernandes; LIMA, Iran Siqueira. **Mercado financeiro: aspectos históricos e conceituais**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

ARIAS, Rosário Martinez. *El análisis multivariante en la investigación científica*. In: ALBAJAR, Ramón Ardanuy *et al.* (Org). **Cuadernos de Estadística**. Salamanca, Hespérides, 1999.

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico-financeiro**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

BANCO CENTRAL DO BRASIL - BACEN. Disponível em <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 10/01/2008.

_____. **Relatório de atividades da diretoria de fiscalização – 1995 - 2002**. Brasília: Ideal, 2003.

_____. **Relatório dos 50 maiores bancos**, 2007. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/dadoscadastraisecontabeis/50maiores>>. Acesso em: 29/04/2007.

_____. **Taxas de câmbio**. Disponível em <<http://www5.bcb.gov.br/?TXCAMBIO>>. Acesso em: 10/01/2008.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO – BNDES. **A economia brasileira nos anos 90**. Organizadores: Fabio Giambiagi Mauricio Mesquita Moreira. Rio de Janeiro, 1999.

BARTH, James R. *et al.* *Commercial banking structure, regulation, and performance: an international comparison*. **Managerial Finance**. Patrinton, v. 23, n. 11, p. 1-39, 1997.

BATISTA, Luis Eduardo; ESCUDER, Maria Mercedes Loureiro; PEREIRA, Julio César Rodrigues. A cor da morte: causas de óbito segundo características de raça no Estado de São Paulo, 1999 a 2001. **Revista de Saúde Pública**. v. 8, n. 5, p.630-636, 2004.

BELAISCH, Agnès. *Do Brazilian banks compete?* **IMF Working Paper** 03/113, 2003.

BENZÉCRI, J. P. *Correspondence analysis handbook*. 2nd ed. New York: Marcel Dekker, 1992.

BERGER, Allen N. *The profit-structure relationship in banking – tests of market-power and efficient-structure hypotheses*. **Journal of Money, Credit and Banking**. Columbus, v. 27, n. 2, 1995.

BITTER, Flávio. **O impacto da entrada dos bancos estrangeiros no desempenho dos bancos privados nacionais**. Rio de Janeiro, 2003. Dissertação (Mestrado em Administração) – Departamento de Administração, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

BOYCKO, Maxim *et al.* *A theory of privatisation*. **The Economic Journal**. Oxford, Blackwell Publisher, v. 106, p. 309-319, 1996.

BRASIL. Conselho Monetário Nacional. **Resolução do CMN nº 3.516**, de 6 de dezembro de 2007. Disponível em: <<http://www5.bcb.gov.br/normativos/detalhamentocorreio.asp?N=107383253&C=3516&AS S=RESOLUCAO+3.516>>. Acesso em: 10/02/2008.

_____. Conselho Monetário Nacional. **Resolução do CMN nº 3.518**, de 6 de dezembro de 2007. Disponível em: <<http://www5.bcb.gov.br/normativos/detalhamentocorreio.asp?N=107383718&C=3518&AS S=RESOLUCAO+3.518>>. Acesso em: 10/02/2008.

_____. **Lei 9.249**, de 26/12/1995. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/Leis/L9249.htm>>. Acesso em: 10/12/2007.

CARVALHO, Fernando José Cardim de. *The Real stabilization plan and the banking sector in Brazil*. **Banca Nazionale del Lavoro Quaterly Review**. Roma, v. 51, n. 206, p.291-326, 1998.

_____. *New competitive strategies of foreign banks in large emerging economies: the case of Brazil*. **Banca Nazionale del Lavoro Quaterly Review**. Roma, v. 53, 213, p.135-70, 2000.

CARVALHO, Marília Sá; MARZOCCHI, Keyla B. F. Avaliação da prática de vigilância epidemiológica nos serviços públicos de saúde no Brasil. **Rev. Saúde Públ.** São Paulo, v. 26, n. 2, p. 66-74, 1992.

CHIANAMEA, Dante Ricardo. **Regulamentação prudencial e estabilidade do sistema financeiro**. Campinas, 2004. Dissertação (Mestrado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas.

CLAESSENS, S. *et al.* *How does foreign entry affect the domestic banking market?* **Journal of Banking & Finance**. Amsterdam, v. 25, p. 891-911, 2001.

CORAZZA, Gentil; OLIVEIRA, Reci. **Os bancos nacionais face a internacionalização do sistema bancário brasileiro**. In: X Jornadas de Economia Crítica. Barcelona, 2006.

Disponível em: <<http://www.ucm.es/info/ec/jec10/ponencias/303CorazzaOliveira.pdf>>. Acesso em: 21/10/2007.

COUTO, Rodrigo Luís Rosa. Metodologia de avaliação da capacidade de geração de resultados de instituições financeiras. **Notas Técnicas do Banco Central do Brasil**, n. 26. Brasília: Bacen, 2002. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pec/NotasTecnicas/Port/2002nt26avalgeracaoresultp.pdf>>. Acesso em: 26/09/2007.

DALGALARRONDO, Paulo *et al.* Jovens pentecostais e espíritas em comparação a católicos: uso de álcool e drogas e saúde mental. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**. Rio de Janeiro, v. 54, n. 3, p. 182-190, 2005.

DEMIRGÜÇ-KUNT, Asli; HUIZINGA, Harry. *Determinants of commercial bank interest margins and profitability: some international evidence*. **The World Bank Economic Review**. Washington, v. 13, n. 2, p. 379-408, 1999.

_____. *Financial structure and bank profitability*. World Bank Research, Working Paper n. 2430, 2000.

_____. *The taxation of domestic and foreign banking*. **Journal of Public Economics**. Amsterdam, v. 79, p. 429-453, 2001.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS – Dieese. **Nota Técnica**: o lucro dos bancos em 2005. Brasília – DF. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/notatecnica/notatec18lucroDosBancos.pdf>>. Acesso em: 10/01/2008.

FÁVERO, Luiz Paulo Lopes; BELFIORE, P. P.; FOUTO, Nuno M. M. D. Escolha de meios de pagamento por populações de média e baixa renda: uma abordagem sob a perspectiva da análise fatorial e de correspondência. **Revista de Economia e Administração**. v. 5, n. 2, p. 184-200, 2006.

FIGUEIRA, Ana Paula Couceiro. Procedimento HOMALS – Instrumentalidade em estudos nas áreas das Ciências Sociais e Humanas. Um exemplo ilustrativo. **Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra**. Coimbra, 2003. Disponível em: <http://www.psicologia.com.pt/artigos/ver_artigo.php?codigo=A0139>. Acesso em: 18/12/2007.

FORTUNA, Eduardo. **Mercado financeiro**: produtos e serviços. 17. ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2008.

FREZATTI, Fábio. **Contribuição para o estudo do market value added como indicador de eficiência na gestão do valor**: uma análise das empresas brasileiras com ações negociadas em bolsa de valores no ambiente brasileiro pós-plano real. São Paulo, 2001. Tese (Livre-

Docência em Ciências Contábeis) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Departamento de Contabilidade e Atuária, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

GABRIEL, Fabiano. **O impacto do fim da correção monetária na rentabilidade e adequação de capital dos bancos no Brasil**. São Paulo, 2004. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Departamento de Contabilidade e Atuária, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

GODDARD, John *et al.* *The profitability of European banks: a cross-sectional and dynamic panel analysis*. **The Manchester School**. Manchester, Blackwell Publishers, v. 72, n. 3, 2004.

GOLDBERG, Lawrence G.; RAI, Anoop. *The structure-performance relationship for European banking*. **Journal of Banking & Finance**. Amsterdam, v. 20, p. 745-771, 1996.

GOLDFAJN, Ilan *et al.* *Brazil's financial system: resilience to shocks, no currency substitution, but struggling to promote growth*. Center for research on economic development and policy reform, Working Paper, n. 170, 2003. Disponível em: <<http://www.scid.stanford.edu/pdf/credpr170.pdf>>. Acesso em: 21/10/2007.

GREGÓRIO, Jaime. **Análise comparativa da rentabilidade do setor bancário privado atuante no Brasil no período de 1997 a 2004**. São Paulo, 2005. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Departamento de Contabilidade e Atuária, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

GREENACRE, Michael J. *Theory and applications of correspondence analysis*. Londres: Academic Press, 1984.

GREENACRE, Michael J.; BLASIUS, J. *Correspondence analysis in the social sciences*. Londres: Academic Press, 1994.

GREMAUD, Amaury Patrick *et al.* **Economia brasileira contemporânea**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GROUP OF TEN. *Consolidation in the financial sector*. 2001. Disponível em: <<http://www.bis.org/publ/gten05.htm>>. Acesso em: 26/09/2007.

GUIMARÃES, Pedro. *How does foreign entry affect the domestic banking market? The Brazilian case*. **Latin American Business Review**. v. 3, n. 4, p. 121-140, 2002.

HAIR, Joseph F. Jr. *et al.* **Multivariate data analysis**. 5th ed. New Jersey, Upper Saddle River, Prentice Hall, 1998.

IANNOTTA, Giuliano *et al.* *Ownership structure, risk and performance in the European banking industry*. **Journal of Banking and Finance**. Amsterdam, v. 31, p. 2127-2149, 2007.

INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS – IPE. **Reforma do sistema financeiro nacional**. Coordenado por Joe Akira Yoshino. São Paulo, 1994.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Análise de balanços**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

JORGE-NETO, Paulo de Melo; WICHMANN, Bruno Moreira. Eficiência e competição bancária no Brasil. *In*: PROGRAMA DE SEMINÁRIOS ACADÊMICOS, 8., 2007, São Paulo, **Anais...** São Paulo, 27/04/2007.

KASHYAP, A. K. *et al.* *Banks as liquidity providers: an explanation for the coexistence of lending and deposit-taking*. **The Journal of Finance**. Cambridge, Blackwell Publishers, v. 57, n. 1, p. 33-73, 2002.

KOSMIDOU, K. *et al.* *Assessing performance factors in the UK banking sector: a multicriteria methodology*. **Central European Journal of Operations Research**. Heidelberg, v. 14, n. 1, p. 25-44, 2006.

LEITE JÚNIOR, Alcides Domingues. **Análise do comportamento das principais contas dos conglomerados financeiros no Brasil, do plano real ao governo Lula**. São Paulo, 2004. Dissertação (Mestrado em Administração) - Programa de Pós-Graduação em Administração, Departamento de Administração, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

LIMA, Gerlando Augusto Franco de. **Utilização da teoria da divulgação para avaliação da relação do nível de *disclosure* com o custo da dívida das empresas brasileiras**. São Paulo, 2007. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Departamento de Contabilidade e Atuária, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

MAFFILI, Denner Willian. **Estudo da rentabilidade bancária no Brasil no período de 1999 a 2005**. Belo Horizonte, 2007. Dissertação (Mestrado em Administração) – Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração – CEPEAD da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais.

MAIA, Geraldo Villar Sampaio. **Reestruturação bancária no Brasil: o caso do Proer** – Notas Técnicas do Banco Central do Brasil, n. 38. Brasília: Bacen, 2003. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pec/NotasTecnicas/Port/2003nt38ReestrutBancBrasilp.pdf>>. Acesso em: 26/09/2007.

_____. *Restructuring the banking system: the case of Brazil*. **BIS Policy Papers**, n. 6, 1999. Disponível em: <<http://www.bis.org/publ/plcy06b.pdf>>. Acesso em: 26/09/2007.

MAIA, Geraldo Villar Sampaio; PÉRES, Lorenzo. *Restructuring Brazil's State-. Owned Financial System. In: FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL – FMI. **Brazil - Selected issues and statistical appendix**, IMF, 2001. Disponível em: < <http://www.imf.org/external/pubs/ft/scr/2001/cr0110.pdf>>. Acesso em: 26/09/2007.*

MÁLAGA, Tomás *et al.* **Estudo de rentabilidade bancária**. Consultoria Econômica do Banco Itaú – Informe Especial. São Paulo: Banco Itaú, 2003.

MAROCO, João. **Análise estatística**: com utilização do SPSS. 2. ed. Lisboa: Sílabo, 2003.

MARTINS, Gilberto de Andrade; PINTO, Ricardo Lopes. **Manual para elaboração de trabalhos acadêmicos**. São Paulo: Atlas, 2001.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. São Paulo: Atlas, 2007.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise financeira de balanços**: abordagem básica e gerencial. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

MOLYNEUX, Philip *et al.* *Competitive conditions in European banking*. **Journal of Banking and Finance**. Amsterdam, v. 18, p. 445-459, 1994.

MOLYNEUX, Philip; THORTON, John. *Determinants of European bank profitability: a note*. **Journal of Banking and Finance**. Amsterdam, v. 16, p. 1173-1178, 1992.

MOTA, Jurema Corrêa da *et al.* Análise de correspondência como estratégia para descrição do perfil da mulher vítima do parceiro atendida em serviço especializado. **Ciência e Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v. 12, n. 3, p. 799-809, 2007.

NAKANE, Marcio Issao. *A test of competition in Brazilian banking*. **Estudos Econômicos**. São Paulo, v. 32, n. 2, p. 203-224, 2002.

NAKANE, Marcio Issao; WEINTRAUB, Daniela Baumohl. *Bank privatization and productivity: evidence for Brazil*. **Journal of Banking and Finance**. Amsterdam, v. 29, n. 8-9, p. 2259-2289, 2005.

NOGUEIRA, Antonio Carlos Lima. **Custos de transação e arranjos institucionais alternativos**: uma análise da avicultura de corte no estado de São Paulo. São Paulo, 2003. Dissertação (Mestrado em Administração) - Programa de Pós-Graduação em Administração, Departamento de Administração, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

PAIVA, Eduardo Vieira dos Santos. **Fatores determinantes do preço de emissão primária de debêntures no Brasil**: uma análise exploratória. São Paulo, 2006. Dissertação (Mestrado

em Administração) - Programa de Pós-Graduação em Administração, Departamento de Administração, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

PEREIRA, Julio César Rodrigues. **Análise de dados qualitativos:** estratégias metodológicas para as ciências da saúde, humanas e sociais. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2001.

PESTANA, Maria Helena; GAGEIRO, João Nunes. **Análise de dados para ciências sociais:** a complementaridade do SPSS. 2. ed. Lisboa: Silabo, 2000.

REZENDE, Edna Maria *et al.* Causas múltiplas de morte por doenças cônico-degenerativas: uma análise multidimensional. **Cad. Saúde Pública**. Rio de Janeiro, v. 20, n. 5, p-1223-1231, set-out, 2004.

ROCHA, Fernando Alberto Sampaio. **Evolução da concentração bancária no Brasil (1994-2000)**. Notas Técnicas do Banco Central do Brasil, n. 11. Brasília: Bacen, 2001. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pec/NotasTecnicas/Port/2001nt11concentbancp.pdf>>. Acesso em: 26/09/2007.

RODRIGUES, Raimundo Nonato. **Planos de estabilização e impactos nos bancos**. São Paulo, 2004. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Departamento de Contabilidade e Atuária, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

SALVIANO JUNIOR, Cleofas. **Bancos estaduais:** dos problemas crônicos ao Proes. Brasília, DF: Banco Central do Brasil, 2004. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/htms/public/BancosEstaduais/livro_bancos_estaduais.pdf>. Acesso em: 26/09/2007.

SANTOS, Helio de Souza. **A rentabilidade e seus multiformes aspectos**. São Paulo, 1980. Dissertação (Mestrado em contabilidade) – Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo.

SCHLOTTFELDT, Cristiane Lauer. **Exigência mínima de capital e rentabilidade:** uma análise empírica dos bancos brasileiros. Porto Alegre, 2004. Dissertação (Mestrado em administração) – Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

SHLEIFER, Andrei; VISHNY, Robert W. *A survey of corporate governance*. **The Journal of Finance**. Cambridge, Blackwell Publishers, v. 52, n. 2, p. 737-783, 1997.

_____. *Politicians and firms*. **The Quarterly Journal of Economics**. Cambridge, MIT Press, v. 109, n. 4, p. 995-1025, 1994.

SILVA, Tarcio Lopes da; JORGE NETO, Paulo de Melo. Economia de escala e eficiência nos bancos brasileiros após o plano real. **Estudos Econômicos**. São Paulo, v. 32, n. 4, p.577-619, 2002.

SOUZA, Ana Musetti Ramos de. **Análise de correspondência**. São Paulo, 1982. Dissertação (Mestrado em Estatística) - Instituto de Matemática e Estatística da Universidade de São Paulo.

STEVENSON, Willian J. **Estatística aplicada à administração**. São Paulo: Harper & Row do Brasil, 1981.

THE ECONOMIST: *The bank that couldn't say no*. London, v. 331, p. 21-24, 09/04/1994.

APÊNDICES

APÊNDICE 1 – RELAÇÃO DAS CATEGORIAS DOS BANCOS NO 1º PERÍODO

APÊNDICE 2 – RELAÇÃO DAS CATEGORIAS DOS BANCOS NO 2º PERÍODO

APÊNDICE 3 – RELAÇÃO DAS CATEGORIAS DOS BANCOS NO 3º PERÍODO

APÊNDICE 4 – RELAÇÃO DAS CATEGORIAS DOS BANCOS NO CONSOLIDADO
DOS TRÊS PERÍODOS

APÊNDICE 1 – RELAÇÃO DAS CATEGORIAS DOS BANCOS NO 1º PERÍODO

Banco	Categoria de rentabilidade ¹	Categoria de tamanho ²	Categoria de NOC ³	Categoria de origem de capital ⁴
ABC-BRASIL	4	3	2	3
ABC-ROMA	4	3	2	2
ABN AMRO	2	4	3	3
AGF BRASEG	3	3	2	2
AGROINVEST	3	1	3	2
AMERICA DO SUL	1	4	4	2
APLICAP	1	2	1	2
ARAUCARIA	3	2	2	2
BAMERINDUS	2	4	2	2
BANAP	1	1	3	1
BANCAP	3	1	2	2
BANCIONAL	4	1	2	2
BANCNACION	4	1	2	3
BANCO BMC	4	3	3	2
BANCOOB	2	2	1	2
BANDEIRANTES	1	4	2	2
BANDEPE	1	3	3	1
BANEB	1	4	3	1
BANER	1	1	2	1
BANESE	1	2	3	1
BANESPA	4	4	3	1
BANESTADO	1	4	3	1
BANESTES	1	3	4	1
BANFORT	1	2	4	2
BANKBOSTON	4	4	2	3
BANPARA	1	2	4	1
BANRISUL	1	4	1	1
BANSANDER	2	2	1	3
BANSICREDI	2	1	1	2
BARCLAYS GALICIA	4	3	3	2
BASA	4	3	1	1
BB	1	4	2	1
BBA-CREDITANSTALT	4	4	2	2
BBC	1	2	4	2
BBM	3	4	1	2
BBV BANCO	3	4	3	3
BCN	2	4	3	2
BCN BARCLAYS	2	3	3	2
BCO GARANTIA	4	3	1	2
BCO.SICREDI	1	1	1	2
BCOMURUGUAI	2	1	4	3
BEA	2	2	4	1
BEAL	2	3	1	3
BEC	1	3	4	1
BEG	1	3	2	1
BEM	1	2	3	1

Continuação da tabela do apêndice 1				
Banco	Categoria de rentabilidade ¹	Categoria de tamanho ²	Categoria de NOC ³	Categoria de origem de capital ⁴
BEMAT	1	1	2	1
BEMGE	1	4	2	1
BEPI	1	2	4	1
BESC	1	3	3	1
BGN	3	1	4	2
BIC	3	4	4	2
BMB	2	3	3	2
BMC	2	4	4	2
BMD	2	3	3	2
BMG	3	3	2	2
BNB	2	4	4	1
BNL	3	3	3	3
BNP	2	2	1	3
BOAVISTA	1	4	2	2
BONSUCESSO	3	1	4	2
BOZANO,SIMONSEN	4	4	1	2
BRADESCO	3	4	3	2
BRASCAN	3	2	1	2
BRB	2	3	3	1
BVA	4	2	4	2
CACIQUE	4	2	3	2
CAMBIAL	2	1	1	2
CEDULA	3	1	4	2
CEF	2	4	4	1
CHASE	3	4	1	3
CHASE MANHATTAN	4	3	1	3
CITIBANK	2	4	2	3
CLASSICO	4	1	1	2
CREDIBANCO	3	3	4	2
CREDIBEL	4	2	3	2
CREDIREAL	1	4	1	1
CREDITO SP	4	2	3	2
CREFISUL	2	3	3	2
CRUZEIRO	2	1	4	2
CSFB GARANTIA	1	4	1	3
DAYCOVAL	4	2	4	2
DESTAK	2	1	1	2
DEUTSCH	2	3	3	3
DEUTSCHE	3	3	2	3
DIBENS	2	3	2	2
DRESDNER	3	3	3	3
EMPRESARIAL	1	1	4	2
EXCEL	1	4	4	3
EXTERIBANK	3	1	1	3
FATOR	3	2	1	2
FIBRA	4	3	2	2
FICSA	4	2	4	2
FINANCIAL	2	2	2	3
FININVEST	4	3	4	2
GERAL DO COMERCIO	1	3	3	2
GERDAU	2	1	4	2
GUANABARA	4	2	4	2
HISPANO	1	1	1	3
HSBC	3	4	2	3
HSBC BAMERINDUS	2	4	2	3

Continuação da tabela do apêndice 1				
Banco	Categoria de rentabilidade ¹	Categoria de tamanho ²	Categoria de NOC ³	Categoria de origem de capital ⁴
INDUSCRED	2	1	4	2
INDUSTRIAL	3	2	2	2
ING BANK	2	3	1	3
INTER AMEX	2	3	2	2
INTERCAP	4	2	3	2
INTERIOR	2	1	4	2
INTERUNION	4	2	3	2
INVESTCRED	4	2	2	2
ITAU	4	4	2	2
JP MORGAN	3	3	1	3
LA PROVINCIA	3	2	1	3
LA REPUBLICA	1	1	4	3
LAVRA	1	2	4	2
LLOYDS	1	4	2	3
LUSO BRASILEIRO	2	1	4	2
MAPPIN	4	1	1	2
MATONE	3	1	4	2
MERCANTIL FINASA	3	4	2	2
MERCANTIL SP	3	4	2	2
MERIDIONAL	1	4	2	1
MINAS	1	1	3	2
MITSUBISHI	4	3	1	3
MODAL	3	1	1	2
MORADA	2	1	2	2
NOSSA CAIXA	3	4	3	1
OMEGA	2	2	1	2
OPPORTUNITY	4	1	1	2
PACTUAL	4	3	1	2
PANAMERICANO	3	2	4	2
PARAIBAN	2	2	1	1
PARANA	3	1	3	2
PEBB	1	2	1	2
PECUNIA	3	1	4	2
PINE	4	2	3	2
PLANIBANC	1	1	1	2
PONTUAL	2	4	3	2
PORTUGUES	2	2	2	3
PREMIER	3	1	4	2
PRIMUS	2	2	1	2
PROSPER	4	2	1	2
RABOBANK	1	2	1	3
REAL	3	4	3	2
RENNER	4	1	4	2
RIBEIRAO PRETO	3	1	4	2
ROMA	4	3	3	2
RURAL	4	3	4	2
SAFRA	4	4	2	2
SANTANDER BRASIL	3	4	2	3
SANTOS	4	3	3	2
SANTOS NEVES	2	1	4	2
SCHAHIN	2	2	4	2
SEGMENTO	1	1	2	2
SOFISA	4	2	3	2
SOGERAL	1	3	2	2
SRL	3	3	2	2

Continuação da tabela do apêndice 1				
Banco	Categoria de rentabilidade ¹	Categoria de tamanho ²	Categoria de NOC ³	Categoria de origem de capital ⁴
SUDAMERIS	3	4	3	3
SUL AMERICA	4	3	1	2
SUMITBANK	2	3	3	3
THECA	4	1	1	2
TOKYOMITSUBISHI	2	3	2	3
TRIANGULO	4	2	4	2
UNIBANCO	3	4	3	2
UNION	1	1	2	3
VEGA	3	1	4	2
VOTORANTIM	3	4	1	2
VR	3	2	3	2
WACHOVIA	1	2	1	3

¹ As categorias 1,2,3 e 4 referem-se respectivamente às denominações baixa, média, alta e muito alta.

² As categorias 1,2,3 e 4 referem-se respectivamente às denominações pequeno, médio, grande e muito grande.

³ As categorias 1,2,3 e 4 referem-se respectivamente às denominações baixo, médio, alto e muito alto.

⁴ As categorias 1,2 e 3 referem-se respectivamente às denominações público, privado nacional e estrangeiro.

APÊNDICE 2 – RELAÇÃO DAS CATEGORIAS DOS BANCOS NO 2º PERÍODO

Banco	Categoria de rentabilidade ¹	Categoria de tamanho ²	Categoria de NOC ³	Categoria de origem de capital ⁴
ABC-BRASIL	4	3	3	3
ABN AMRO	2	4	2	3
AGF BRASEG	2	3	2	3
AGROINVEST	3	2	4	2
ALFA	2	4	4	2
AMEX	2	3	2	3
ARAUCARIA	2	1	3	2
ARBI	1	2	1	2
BANCAP	2	1	2	2
BANCNACION	2	1	2	3
BANCOOB	2	2	3	2
BANDEIRANTES	1	4	2	3
BANEB	2	3	1	1
BANESE	3	2	2	1
BANESPA	1	4	2	1
BANESTADO	2	4	2	1
BANESTES	2	3	3	1
BANIF	1	2	1	3
BANKBOSTON	4	4	3	3
BANPARA	1	2	2	1
BANRISUL	3	4	2	1
BANSICREDI	2	2	4	2
BARCLAYS	1	3	1	3
BARCLAYS GALICIA	1	3	3	2
BASA	3	4	1	1
BB	2	4	2	1
BBA-CREDITANSTALT	4	4	3	2
BBM	4	3	1	2
BCO JOHN DEERE	3	2	4	3
BCOMURUGUAI	4	2	4	3
BEA	1	2	3	1
BEAL	4	3	1	3
BEC	4	3	2	1
BEG	3	3	2	1
BEM	1	2	1	1
BEPI	1	1	3	1
BESC	1	3	2	1
BGN	2	1	4	2
BIC	2	3	4	2
BILBAO VIZCAYA	2	4	2	3
BMB	1	3	3	2
BMC	2	3	4	2
BMG	3	3	3	2
BNB	1	4	4	1
BNL	3	3	3	3
BNP	4	3	2	3
BNP PARIBAS	3	4	2	3
BOAVISTA	1	4	2	3
BONSUCESSO	3	1	4	2
BOREAL	1	1	1	2

Continuação da tabela do apêndice 2				
Banco	Categoria de rentabilidade ¹	Categoria de tamanho ²	Categoria de NOC ³	Categoria de origem de capital ⁴
BRADESCO	3	4	3	2
BRASCAN	4	3	2	3
BRB	2	3	4	1
BVA	3	2	4	2
CACIQUE	3	3	3	2
CARGILL	4	2	2	3
CEDULA	2	1	4	2
CEF	1	4	3	1
CHASE	4	4	1	3
CITIBANK	4	4	3	3
CLASSICO	3	2	1	2
CREDIBANCO	3	3	3	2
CREDIBEL	3	1	3	2
CREDIT LYONNAIS	2	2	1	3
CREDIT SUISSE	4	4	1	3
CREDITO SP	4	2	3	2
CRUZEIRO	4	2	4	2
CRUZEIRO DO SUL	2	2	3	2
CSFB GARANTIA	3	4	1	3
DAYCOVAL	4	2	3	2
DEUTSCHE	3	4	2	3
DRESDNER	4	3	3	3
EUROPEU	3	3	1	3
EXTERIBANK	4	1	1	3
FATOR	2	2	1	2
FIBRA	3	3	2	2
FICRISA AXELRUD	1	1	4	2
FICSA	3	1	4	2
FINANCIAL	1	1	1	3
FININVEST	2	3	4	2
FRANCES INTER	3	1	1	3
GE CAPITAL	1	2	3	3
GERDAU	3	1	4	2
GUANABARA	2	2	3	2
HISPANO	1	1	1	3
HSBC	3	4	2	3
IBIBANK	4	2	2	3
INDUSCRED	1	1	1	2
INDUSTRIAL DO BRASIL	3	2	3	2
INDUSVAL	2	2	4	2
ING	3	3	1	3
INTER AMEX	2	3	3	2
INTERCAP	3	2	3	2
INTERIOR	1	1	4	2
INVESTCRED	4	2	4	2
ITAU	4	4	2	2
JP MORGAN	4	4	1	3
JP MORGAN CHASE	4	4	1	3
KEB	2	1	4	3
LA PROVINCIA	4	2	2	3
LA REPUBLICA	1	1	1	3
LAVRA	1	1	4	2
LEMON BANK	1	1	1	3
LLOYDS	4	4	2	3
LUSO BRASILEIRO	1	1	4	2

Continuação da tabela do apêndice 2				
Banco	Categoria de rentabilidade ¹	Categoria de tamanho ²	Categoria de NOC ³	Categoria de origem de capital ⁴
MATONE	2	1	4	2
MÁXIMA	3	2	3	2
MERCANTIL DO BRASIL	2	4	4	2
MERCANTIL FINASA	2	4	2	2
MERCANTIL SP	1	4	3	2
MERIDIONAL	1	4	2	3
MODAL	3	2	3	2
MORADA	2	1	4	2
MORGAN STANLEY	2	1	1	3
NOSSA CAIXA	3	4	1	1
OPPORTUNITY	4	1	1	2
PACTUAL	4	3	1	2
PANAMERICANO	4	2	4	2
PARAIBAN	3	2	2	1
PARANA	4	1	4	2
PEBB	3	3	1	2
PECUNIA	4	1	4	2
PINE	2	3	4	2
PLANIBANC	1	1	1	2
PORTO REAL	1	1	3	2
POTTENCIAL	2	1	4	2
PRIMUS	2	2	1	3
PROSPER	1	2	1	2
RABOBANK	4	3	2	3
RENDIMENTO	4	1	2	2
RENNER	3	1	4	2
RIBEIRAO PRETO	3	1	4	2
RURAL	4	4	4	2
SAFRA	3	4	2	2
SANTANDER BANESPA	4	4	2	3
SANTANDER BRASIL	2	4	2	3
SANTOS	3	4	3	2
SANTOS NEVES	1	1	4	2
SCHAHIN	1	2	4	2
SMBC	4	3	3	3
SOCIETE GENERALE	1	2	1	3
SOCOPA	1	1	3	2
SOFISA	4	3	3	2
SOGERAL	2	3	2	2
SS	3	3	4	2
STOCK	4	2	3	2
SUDAMERIS	1	4	3	3
SUL AMERICA	1	3	1	2
SUMITBANK	4	3	3	3
THECA	1	1	1	2
TOKYOMITSUBISHI	3	3	2	3
TRIANGULO	3	2	4	2
UBS WARBURG	1	2	1	3
UNIBANCO	3	4	3	2
UNION	1	1	3	3
VOTORANTIM	4	4	1	2
VR	2	1	2	2
WACHOVIA	2	2	2	3
WESTLB	4	4	1	3
ZOGBI	2	3	4	2

¹ As categorias 1,2,3 e 4 referem-se respectivamente às denominações baixa, média, alta e muito alta.

² As categorias 1,2,3 e 4 referem-se respectivamente às denominações pequeno, médio, grande e muito grande.

³ As categorias 1,2,3 e 4 referem-se respectivamente às denominações baixo, médio, alto e muito alto.

⁴ As categorias 1,2 e 3 referem-se respectivamente às denominações público, privado nacional e estrangeiro.

APÊNDICE 3 – RELAÇÃO DAS CATEGORIAS DOS BANCOS NO 3º PERÍODO

Banco	Categoria de rentabilidade ¹	Categoria de tamanho ²	Categoria de NOC ³	Categoria de origem de capital ⁴
ABC-BRASIL	3	3	4	3
ABN AMRO	2	4	3	3
ALFA	2	4	3	2
AMEX	1	3	2	3
ARBI	1	2	2	2
BANCAP	2	1	2	2
BANCNACION	1	1	2	3
BANCOOB	3	3	3	2
BANESE	4	3	2	1
BANESTES	4	4	2	1
BANIF	2	2	3	3
BANKBOSTON	1	4	3	3
BANPARA	2	2	2	1
BANRISUL	4	4	3	1
BANSICREDI	2	3	4	2
BARCLAYS	2	3	2	3
BASA	2	4	1	1
BASEMSA	4	1	4	2
BB	4	4	3	1
BBM	4	4	1	2
BCO JOHN DEERE	3	3	4	3
BCOMURUGUAI	1	2	3	3
BEC	4	3	1	1
BEM	2	2	1	1
BEPI	3	1	3	1
BESC	3	3	1	1
BGN	2	2	3	2
BIC	3	4	4	2
BM&F	2	1	1	2
BMC	3	3	3	2
BMG	4	3	4	2
BNB	2	4	2	1
BNL	1	3	4	3
BNP PARIBAS	4	4	2	3
BONSUCESSO	4	2	4	2
BPN BRASIL	3	1	3	2
BRADESCO	3	4	3	2
BRASCAN	2	3	1	3
BRB	2	3	4	1
BTMUB	1	2	2	3
BVA	1	2	4	2
CACIQUE	3	3	4	2
CARGILL	1	1	2	3
CEDULA	2	1	4	2
CEF	4	4	2	1
CITIBANK	1	4	2	3
CLASSICO	2	3	1	2
CR2	1	1	3	2
CREDIBEL	1	1	3	2
CREDIT LYONNAIS	1	2	1	3
CREDIT SUISSE	3	4	1	3

Continuação da tabela do apêndice 3				
Banco	Categoria de rentabilidade ¹	Categoria de tamanho ²	Categoria de NOC ³	Categoria de origem de capital ⁴
CRUZEIRO DO SUL	4	3	1	2
DAYCOVAL	3	3	4	2
DEUTSCHE	2	4	1	3
DRESDNER	1	3	2	3
EMBLEMA	2	1	2	2
FATOR	4	2	1	2
FIBRA	2	4	2	2
FICSA	1	1	4	2
GE CAPITAL	1	2	4	3
GERDAU	4	1	4	2
GUANABARA	3	1	3	2
HSBC	3	4	3	3
IBIBANK	4	3	4	3
INDUSTRIAL DO BRASIL	2	2	3	2
INDUSVAL	3	2	3	2
ING	1	3	1	3
INTER AMEX	1	2	3	3
INTERCAP	3	2	2	2
ITAU	4	4	2	2
JP MORGAN CHASE	2	4	1	3
KDB BRASIL	4	2	1	3
KEB	1	1	2	3
LA PROVINCIA	1	1	1	3
LA REPUBLICA	1	1	1	3
LEMON BANK	1	1	1	3
LLOYDS	1	3	1	3
LUSO BRASILEIRO	1	1	4	2
MATONE	4	1	3	2
MÁXIMA	4	1	2	2
MERCANTIL DO BRASIL	2	4	4	2
MODAL	4	2	3	2
MORADA	2	1	3	2
MORGAN STANLEY	4	2	1	3
NOSSA CAIXA	4	4	2	1
OPPORTUNITY	3	1	1	2
PACTUAL	4	4	1	2
PARANA	4	2	4	2
PEBB	4	2	1	2
PECUNIA	4	1	4	2
PINE	4	3	4	2
POTTENCIAL	3	1	4	2
PRIMUS	1	2	2	3
PROSPER	3	2	1	2
RABOBANK	2	3	2	3
RENDIMENTO	3	2	3	2
RENNER	2	1	4	2
RIBEIRAO PRETO	3	1	4	2
RURAL	2	4	4	2
SAFRA	3	4	3	2
SANTANDER BANESPA	3	4	2	3
SANTOS	3	4	3	2
SCHAHIN	3	3	4	2
SMBC	1	3	2	3
SOCIETE GENERALE	1	2	2	3
SOCOPA	2	2	2	2

Continuação da tabela do apêndice 3				
Banco	Categoria de rentabilidade ¹	Categoria de tamanho ²	Categoria de NOC ³	Categoria de origem de capital ⁴
SOFISA	3	3	3	2
SS	3	3	4	2
STOCK	2	1	1	2
SUDAMERIS	3	4	3	3
TOKYOMITSUBISHI	1	3	3	3
TRIANGULO	4	2	4	2
UBS WARBURG	4	2	1	3
UNIBANCO	3	4	3	2
UNION	1	1	2	3
UNO - E	2	1	1	3
VOTORANTIM	4	4	2	2
VR	3	2	1	2
WESTLB	1	3	1	3
ZOGBI	2	2	4	2

¹ As categorias 1,2,3 e 4 referem-se respectivamente às denominações baixa, média, alta e muito alta.

² As categorias 1,2,3 e 4 referem-se respectivamente às denominações pequeno, médio, grande e muito grande.

³ As categorias 1,2,3 e 4 referem-se respectivamente às denominações baixo, médio, alto e muito alto.

⁴ As categorias 1, 2 e 3 referem-se respectivamente às denominações público, privado nacional e estrangeiro.

APÊNDICE 4 – RELAÇÃO DAS CATEGORIAS DOS BANCOS NO CONSOLIDADO DOS TRÊS PERÍODOS

Banco	Período	Rentabilidade ¹
ABC-BRASIL	1	4
ABC-ROMA	1	4
ABN AMRO	1	2
AGF BRASEG	1	2
AGROINVEST	1	2
AMERICA DO SUL	1	1
APLICAP	1	1
ARAUCARIA	1	3
BAMERINDUS	1	1
BANAP	1	1
BANCAP	1	2
BANCIONAL	1	4
BANCNACION	1	4
BANCO BMC	1	3
BANCOOB	1	1
BANDEIRANTES	1	1
BANDEPE	1	1
BANEB	1	1
BANER	1	1
BANESE	1	1
BANESPA	1	4
BANESTADO	1	1
BANESTES	1	1
BANFORT	1	1
BANKBOSTON	1	3
BANPARA	1	1
BANRISUL	1	1
BANSANDER	1	2
BANSICREDI	1	2
BARCLAYS GALICIA	1	4
BASA	1	4
BB	1	1
BBA-CREDITANSTALT	1	4
BBC	1	1
BBM	1	3
BBV BANCO	1	2
BCN	1	2
BCN BARCLAYS	1	2
BCO GARANTIA	1	4
BCO.SICREDI	1	1
BCOMURUGUAI	1	2
BEA	1	2
BEAL	1	1
BEC	1	1
BEG	1	1
BEM	1	1
BEMAT	1	1
BEMGE	1	1
BEPI	1	1
BESC	1	1
BGN	1	2

Continuação da tabela do apêndice 4		
Banco	Período	Rentabilidade ¹
BIC	1	3
BMB	1	2
BMC	1	2
BMD	1	2
BMG	1	2
BNB	1	2
BNL	1	2
BNP	1	1
BOAVISTA	1	1
BONSUCESSO	1	3
BOZANO,SIMONSEN	1	4
BRADESCO	1	3
BRASCAN	1	3
BRB	1	1
BVA	1	4
CACIQUE	1	3
CAMBIAL	1	1
CEDULA	1	3
CEF	1	2
CHASE	1	3
CHASE MANHATTAN	1	4
CITIBANK	1	2
CLASSICO	1	3
CREDIBANCO	1	3
CREDIBEL	1	4
CREDIREAL	1	1
CREDITO SP	1	3
CREFISUL	1	2
CRUZEIRO	1	2
CSFB GARANTIA	1	1
DAYCOVAL	1	3
DESTAK	1	2
DEUTSCH	1	2
DEUTSCHE	1	2
DIBENS	1	2
DRESDNER	1	3
EMPRESARIAL	1	1
EXCEL	1	1
EXTERIBANK	1	2
FATOR	1	3
FIBRA	1	4
FICSA	1	4
FINANCIAL	1	2
FININVEST	1	4
GERAL DO COMERCIO	1	1
GERDAU	1	2
GUANABARA	1	4
HISPANO	1	1
HSBC	1	2
HSBC BAMERINDUS	1	1
INDUSCRED	1	1
INDUSTRIAL	1	3
ING BANK	1	1
INTER AMEX	1	2
INTERCAP	1	4
INTERIOR	1	1

Continuação da tabela do apêndice 4		
Banco	Período	Rentabilidade ¹
INTERUNION	1	4
INVESTCRED	1	4
ITAU	1	3
JP MORGAN	1	3
LA PROVINCIA	1	3
LA REPUBLICA	1	1
LAVRA	1	1
LLOYDS	1	1
LUSO BRASILEIRO	1	1
MAPPIN	1	4
MATONE	1	2
MERCANTIL FINASA	1	2
MERCANTIL SP	1	3
MERIDIONAL	1	1
MINAS	1	1
MITSUBISHI	1	4
MODAL	1	3
MORADA	1	2
NOSSA CAIXA	1	2
OMEGA	1	2
OPPORTUNITY	1	4
PACTUAL	1	4
PANAMERICANO	1	3
PARAIBAN	1	2
PARANA	1	2
PEBB	1	1
PECUNIA	1	3
PINE	1	4
PLANIBANC	1	1
PONTUAL	1	1
PORTUGUES	1	2
PREMIER	1	3
PRIMUS	1	2
PROSPER	1	4
RABOBANK	1	1
REAL	1	3
RENNER	1	4
RIBEIRAO PRETO	1	3
ROMA	1	4
RURAL	1	4
SAFRA	1	3
SANTANDER BRASIL	1	3
SANTOS	1	4
SANTOS NEVES	1	2
SCHAHIN	1	2
SEGMENTO	1	1
SOFISA	1	4
SOGERAL	1	1
SRL	1	3
SUDAMERIS	1	2
SUL AMERICA	1	3
SUMITBANK	1	2
THECA	1	3
TOKYOMITSUBISHI	1	2
TRIANGULO	1	3
UNIBANCO	1	3

Continuação da tabela do apêndice 4		
Banco	Período	Rentabilidade ¹
UNION	1	1
VEGA	1	3
VOTORANTIM	1	3
VR	1	3
WACHOVIA	1	1
ABC-BRASIL	2	4
ABN AMRO	2	2
AGF BRASEG	2	3
AGROINVEST	2	4
ALFA	2	2
AMEX	2	2
ARAUCARIA	2	2
ARBI	2	1
BANCAP	2	2
BANCNACION	2	2
BANCOOB	2	2
BANDEIRANTES	2	1
BANEB	2	2
BANESE	2	3
BANESPA	2	1
BANESTADO	2	2
BANESTES	2	2
BANIF	2	2
BANKBOSTON	2	4
BANPARA	2	2
BANRISUL	2	3
BANSICREDI	2	2
BARCLAYS	2	1
BARCLAYS GALICIA	2	1
BASA	2	3
BB	2	3
BBA-CREDITANSTALT	2	4
BBM	2	4
BCO JOHN DEERE	2	4
BCOMURUGUAI	2	4
BEA	2	2
BEAL	2	4
BEC	2	4
BEG	2	4
BEM	2	1
BEPI	2	1
BESC	2	1
BGN	2	2
BIC	2	2
BILBAO VIZCAYA	2	3
BMB	2	2
BMC	2	2
BMG	2	3
BNB	2	1
BNL	2	4
BNP	2	4
BNP PARIBAS	2	3
BOAVISTA	2	1
BONSUCESSO	2	3
BOREAL	2	1
BRADESCO	2	3

Continuação da tabela do apêndice 4		
Banco	Período	Rentabilidade ¹
BRASCAN	2	4
BRB	2	2
BVA	2	4
CACIQUE	2	3
CARGILL	2	4
CEDULA	2	2
CEF	2	1
CHASE	2	4
CITIBANK	2	4
CLASSICO	2	3
CREDIBANCO	2	3
CREDIBEL	2	3
CREDIT LYONNAIS	2	2
CREDIT SUISSE	2	4
CREDITO SP	2	4
CRUZEIRO	2	4
CRUZEIRO DO SUL	2	2
CSFB GARANTIA	2	3
DAYCOVAL	2	4
DEUTSCHE	2	3
DRESDNER	2	4
EUROPEU	2	3
EXTERIBANK	2	4
FATOR	2	2
FIBRA	2	3
FICRISA AXELRUD	2	1
FICSA	2	3
FINANCIAL	2	1
FININVEST	2	3
FRANCES INTER	2	3
GE CAPITAL	2	1
GERDAU	2	3
GUANABARA	2	2
HISPANO	2	1
HSBC	2	3
IBIBANK	2	4
INDUSCRED	2	1
INDUSTRIAL DO BRASIL	2	3
INDUSVAL	2	3
ING	2	3
INTER AMEX	2	2
INTERCAP	2	4
INTERIOR	2	1
INVESTCRED	2	4
ITAU	2	4
JP MORGAN	2	4
JP MORGAN CHASE	2	4
KEB	2	2
LA PROVINCIA	2	4
LA REPUBLICA	2	1
LAVRA	2	1
LEMON BANK	2	1
LLOYDS	2	4
LUSO BRASILEIRO	2	1
MATONE	2	2
MÁXIMA	2	3

Continuação da tabela do apêndice 4		
Banco	Período	Rentabilidade ¹
MERCANTIL DO BRASIL	2	2
MERCANTIL FINASA	2	2
MERCANTIL SP	2	1
MERIDIONAL	2	1
MODAL	2	3
MORADA	2	2
MORGAN STANLEY	2	2
NOSSA CAIXA	2	3
OPPORTUNITY	2	4
PACTUAL	2	4
PANAMERICANO	2	4
PARAIBAN	2	2
PARANA	2	4
PEBB	2	3
PECUNIA	2	4
PINE	2	2
PLANIBANC	2	1
PORTO REAL	2	1
POTTENCIAL	2	2
PRIMUS	2	2
PROSPER	2	1
RABOBANK	2	4
RENDIMENTO	2	4
RENNER	2	4
RIBEIRAO PRETO	2	3
RURAL	2	4
SAFRA	2	4
SANTANDER BANESPA	2	4
SANTANDER BRASIL	2	2
SANTOS	2	4
SANTOS NEVES	2	1
SCHAHIN	2	2
SMBC	2	4
SOCIETE GENERALE	2	1
SOCOPA	2	2
SOFISA	2	4
SOGERAL	2	3
SS	2	3
STOCK	2	4
SUDAMERIS	2	1
SUL AMERICA	2	1
SUMITBANK	2	4
THECA	2	1
TOKYOMITSUBISHI	2	3
TRIANGULO	2	3
UBS WARBURG	2	1
UNIBANCO	2	3
UNION	2	1
VOTORANTIM	2	4
VR	2	2
WACHOVIA	2	3
WESTLB	2	4
ZOGBI	2	3
ABC-BRASIL	3	3
ABN AMRO	3	2
ALFA	3	2

Continuação da tabela do apêndice 4		
Banco	Período	Rentabilidade ¹
AMEX	3	1
ARBI	3	1
BANCAP	3	2
BANCNACION	3	1
BANCOOB	3	3
BANESE	3	4
BANESTES	3	4
BANIF	3	2
BANKBOSTON	3	2
BANPARA	3	2
BANRISUL	3	4
BANSICREDI	3	2
BARCLAYS	3	3
BASA	3	3
BASEMSA	3	4
BB	3	4
BBM	3	4
BCO JOHN DEERE	3	3
BCOMURUGUAI	3	1
BEC	3	3
BEM	3	3
BEPI	3	3
BESC	3	3
BGN	3	2
BIC	3	3
BM&F	3	2
BMC	3	3
BMG	3	4
BNB	3	2
BNL	3	1
BNP PARIBAS	3	4
BONSUCESSO	3	4
BPN BRASIL	3	3
BRADESCO	3	4
BRASCAN	3	2
BRB	3	2
BTMUB	3	1
BVA	3	2
CACIQUE	3	3
CARGILL	3	1
CEDULA	3	2
CEF	3	4
CITIBANK	3	1
CLASSICO	3	2
CR2	3	2
CREDIBEL	3	2
CREDIT LYONNAIS	3	1
CREDIT SUISSE	3	3
CRUZEIRO DO SUL	3	4
DAYCOVAL	3	3
DEUTSCHE	3	2
DRESDNER	3	1
EMBLEMA	3	2
FATOR	3	4
FIBRA	3	3
FICSA	3	1

Continuação da tabela do apêndice 4		
Banco	Período	Rentabilidade ¹
GE CAPITAL	3	1
GERDAU	3	4
GUANABARA	3	3
HSBC	3	3
IBIBANK	3	4
INDUSTRIAL DO BRASIL	3	3
INDUSVAL	3	3
ING	3	1
INTER AMEX	3	1
INTERCAP	3	3
ITAU	3	4
JP MORGAN CHASE	3	2
KDB BRASIL	3	4
KEB	3	1
LA PROVINCIA	3	1
LA REPUBLICA	3	2
LEMON BANK	3	1
LLOYDS	3	1
LUSO BRASILEIRO	3	1
MATONE	3	4
MÁXIMA	3	4
MERCANTIL DO BRASIL	3	2
MODAL	3	4
MORADA	3	2
MORGAN STANLEY	3	4
NOSSA CAIXA	3	4
OPPORTUNITY	3	3
PACTUAL	3	4
PARANA	3	4
PEBB	3	4
PECUNIA	3	4
PINE	3	4
POTTENCIAL	3	3
PRIMUS	3	2
PROSPER	3	4
RABOBANK	3	2
RENDIMENTO	3	3
RENNER	3	2
RIBEIRAO PRETO	3	3
RURAL	3	2
SAFRA	3	3
SANTANDER BANESPA	3	3
SANTOS	3	3
SCHAHIN	3	3
SMBC	3	1
SOCIETE GENERALE	3	1
SOCOPA	3	3
SOFISA	3	3
SS	3	3
STOCK	3	2
SUDAMERIS	3	3
TOKYOMITSUBISHI	3	1
TRIANGULO	3	4
UBS WARBURG	3	4
UNIBANCO	3	3
UNION	3	1

Continuação da tabela do apêndice 4		
Banco	Período	Rentabilidade ¹
UNO - E	3	2
VOTORANTIM	3	4
VR	3	3
WESTLB	3	1
ZOGBI	3	3

¹ As categorias 1,2,3 e 4 referem-se respectivamente às denominações baixa, média, alta e muito alta.